Diário do Comércio

91 ANOS / DESDE 1932
Belo Horizonte, MG
Sábado, 14, a segunda-feira, 16 de setembro de 2024

EDIÇÃO 25.164

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50

Graves efeitos climáticos reduzem a safra mineira de grãos em 14%

% AGRONEGÓCIO Queda é atribuída pela Conab à escassez de chuvas durante parte do ciclo e às temperaturas elevadas

Sob o impacto de efeitos climáticos adversos, a safra mineira de grãos 2023/24 caiu 14%, aponta a estimativa da Conab. O volume total foi calculado em 16 milhões de toneladas. Houve uma redução de 1,9% na área plantada, que atingiu 4,26 milhões de hectares. A produtividade média recuou 12,4%, ficando em 3,77 toneladas por hectare.

A colheita menor é atribuída, principalmente, à demora na regularização de chuvas no início da janela de plantio, aliada às baixas precipitações durante parte do ciclo das lavouras e às altas temperaturas. O gerente da Conab, Fabiano Vasconcellos, disse que a safra 2023/24 foi uma das mais difíceis ao longo dos quase 50 anos de acompanhamento da produção feito pela companhia. " A redução basicamente ocorreu devido aos problemas climáticos enfrentados ao longo do ciclo", explicou.

Principal grão cultivado no Estado, a soja registra queda de 6,7%, totalizando 7,79 milhões de toneladas. Outra cultura importante, o milho apresenta uma retração de 22,9% no ano safra. A produção total somou 6,12 milhões de toneladas. Por outro lado, o algodão em pluma deve alcançar um aumento de 27,5%, chegando a 65,9 mil toneladas. % PÁG. 8



A colheita de soja em Minas Gerais terá uma retração de 6,7%, ficando em 7,79 milhões de toneladas na safra 2023/24 FOTO: ALVERTO COUTINHO / AGECOM

Estado se destaca em minerais essenciais para a transição energética

O Brasil está entre os maiores produtores de minerais críticos, com mais de 35 milhões de toneladas, colocando o País na vanguarda da transição energética. Minas Gerais tem ampla vantagem competitiva, especialmente na extração de lítio e nióbio. Abundante no Norte do Estado e no Vale do Jequitinhonha, o lítio é um elemento essencial para a produção de baterias de longa duração. Já 80% da produção mundial de nióbio se concentram em Minas. % PÁG. 5



Com enormes jazidas no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha, o lítio é usado na produção de baterias FOTO: WASHINGTON ALVES / REUTERS

Queimadas severas alertam para conscientização % PÁG. 16

Expo Favela Minas mobiliza empreendedores % PÁG. 11



A fabricação de máquinas e equipamentos aumentou 17,3% em Minas Gerais FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / ALISSON J. SILVA

Produção industrial de MG registra crescimento de 3,8% em julho, diz o IBGE

A produção industrial de Minas Gerais subiu 3,8% em julho frente ao mesmo mês de 2023, aponta a pesquisa do IBGE. No País, a alta foi de 6,1% em igual base comparativa. Das 14 atividades analisadas no Estado, 11 apresentaram crescimento. O desempenho positivo foi puxado pela indústria extrativa (4,1%). Os setores de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (19,2%), produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (17,3%) e bebidas (14,9%) também registraram avanço expressivo. % PÁG. 3

% EDITORIAL

Faltando menos de um mês para o primeiro turno das eleições municipais, a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, cumpriu o mais importante ritual do processo pré-eleitoral com a Cerimônia de Assinatura Digital e de Lacração dos Sistemas Eleitorais. No evento, a ministra reafirmou que a integridade do processo de votação e contagem dos votos foi seguidamente testada. A presidente do TSE destacou também a responsabilidade cívica de cada brasileiro na escolha de prefeitos e vereadores, concluindo por afirmar que os 156 milhões de brasileiros que podem e devem votar estão diante do chamamento para que se responsabilizem pelo Brasil. % PÁG. 2

% ARTIGOS

O presidente do BH Airport, Daniel Miranda, é o convidado do primeiro episódio FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / BRENO GONÇALVES

Podcast Mercado&Finanças entra no ar no Diário do Comércio na segunda-feira

O *podcast* Mercado&Finanças estreia nesta segunda-feira (16) no Diário do Comércio. No primeiro episódio, o advogado Davi Motta Maciel conversa com o CEO da BH Airport, Daniel Miranda. O diretor-executivo do Diário do Comércio, Yvan Muls, explica que o objetivo do projeto é abordar, com a participação de especialistas, de maneira dinâmica e acessível, temas e análises aprofundadas sobre economia global, estratégias de investimento, *fintech*, tendências emergentes como criptomoedas e sustentabilidade nos negócios. % PÁG. 14

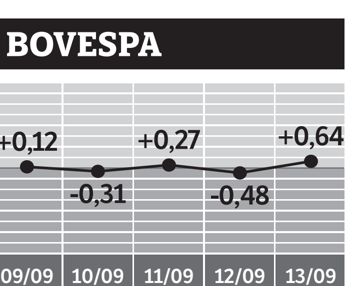
DÓLAR DIA 13	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 5,5670	R$ 5,5670
TURISMO	R$ 5,6010	R$ 5,7810
PTAX (BC)	R$ 5,5711	R$ 5,5717

EURO DIA 13	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 6,1750	R$ 6,1768

OURO DIA 13	
NOVA YORK (ONÇA-TROY)	US$ 2.578,24
BM&F (g)	R$ 450,89

TR dia 16	0,0672%
POUPANÇA dia 16	0,5675%
IPCA – IBGE julho	0,38%
IPCA – IPEAD julho	0,55%
IGP-M julho	0,61%

BOVESPA





OPINIÃO

O que a cultura tem a ver com sustentabilidade?



Maria Luiza Paiva
Vice-presidente Executiva de Sustentabilidade da Vale



Hugo Barreto
Diretor-presidente do Instituto Cultural Vale

Se coube aos antigos definir cultura, primeiro como ato de cultivar, depois como o conjunto de ideias e tradições de um povo, a modernidade lapidou o conceito. E em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos reconheceu os direitos culturais como fundamentais para a dignidade humana.

Reunidos em 2020, no México, para a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável, países convocados pela Unesco, assinaram o documento final comprometendo-se a defender a fundamentação da cultura em políticas públicas. Na declaração final, a cultura é relatada como fator "facilitador e impulsionador da resiliência, da inclusão social e do crescimento econômico, englobando desde a educação, o emprego – especialmente para as mulheres e os jovens –, a saúde e o bem-estar emocional até a redução da pobreza, a igualdade de gênero, a sustentabilidade ambiental, o turismo, o comércio e o transporte". Da mesma forma, na agenda 2030 da ONU, a cultura passou a integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo reconhecida como ferramenta para a transformação individual e social.

Tendo em vista tais compromissos, fomentar a cultura passa a ser obrigatório para promover o desenvolvimento das populações. Trabalhamos a partir dessa perspectiva no Instituto Cultural Vale, sempre juntos com fazedores de cultura e parceiros públicos e privados, uma prática que posicionou a Vale como maior investidora em cultura do País pelo quarto ano consecutivo. Nos últimos cinco anos foram R$ 1,1 bilhão de investimentos via Lei Federal de Incentivo à Cultura, sendo R$ 221 milhões em 2023.

Atuamos pela valorização das diversas manifestações artísticas, a democratização do acesso, o fomento e a circulação da economia da cultura. Isso pode ser experienciado nos quatro espaços culturais que integram o Instituto (Casa da Cultura de Canaã dos Carajás, Centro Cultural Vale Maranhão, Memorial Minas Gerais Vale e Museu Vale), no programa de formação Vale Música ou no apoio a iniciativas culturais como os Museus do Amanhã, Nacional, Inhotim, Cinemateca Brasileira e Orquestra Sinfônica Brasileira.

Estamos presentes ainda em exposições como Um Defeito de Cor", e "O Extraordinário Universo de Leonardo Da Vinci", entre outras centenas de iniciativas.

Atuamos para que mais pessoas tenham acesso a recursos para a realização de projetos culturais, por meio de editais. A Chamada Instituto Cultural Vale que está em sua quinta edição, já disponibilizou R$ 105 milhões para 218 iniciativas em todo o Brasil, via Lei Federal de Incentivo à Cultura.

É assim que nos conectamos ao propósito de potencializar uma economia mais justa e inclusiva. Sendo colaborativos, ampliando oportunidades, descentralizando investimentos, podemos cocriar um ecossistema mais resiliente e sustentável. Não só pela importância do investimento cultural para a preservação de memórias, valorização de identidades, contribuição para a educação, circulação da economia e geração de renda. Mas também para fomentar perspectivas na agenda de diversidade, da equidade e da inclusão, mais sintonizadas com valores culturais essenciais para toda empresa e para a sociedade.

Pandemia de incêndios



Cesar Vanucci
Jornalista (cantonius1@yahoo.com.br)

"Pegando vários biomas ao mesmo tempo, é a primeira vez que acontece" (Ane Alencar, diretora do IPAM)

Anos a fio, cientistas e ambientalistas advertiram o mundo para o que estava prestes a acontecer em matéria de mudanças climáticas provocadas pelo aquecimento global. Foram chamados pejorativamente de "profetas do apocalipse" por aguerrida e desinformada militância fundamentalista. Os negacionistas valeram-se de versões da "teoria da conspiração" para toscas argumentações sobre a questão.

Entre os numerosos setores que deram ouvidos aos avisos houve, no entanto, quem de reta intenção, não soubesse precaver-se contra as enrascadas climáticas que se avizinhavam. Caso sem tirar nem pôr, do Brasil. Nosso País, pego desprevenido pela pandemia de incêndios florestais ilustra bem a situação.

A grande arregimentação de recursos humanos, técnicos e financeiros para o enfrentamento das galopantes queimadas em curso bem que poderia ter sido processada algum bom tempo atrás.

A formidanda encrenca climática é um desafio a ser enfrentado com vigor pelas forças vivas da Nação. Mais de 70% de nosso território continental estão sendo afetados por forte estiagem que seca rios e chamas que destroem biomas riquíssimos, propriedades valiosas, empestam sagrados ambientes ecológicos, poluem cidades. E o que não dizer dos danos severos que a fumaça tóxica causa aos organismos vivos, molestando a saúde humana e fazendo crescer filas nas emergências médicas? Todo esse somatório de eventos perturbadores, ocasionados por mais de 161 mil focos de incêndio, traduz brutal pressão sobre os gastos públicos e privados.

Cuidemos de ouvir explicações, pertinentes às queimadas, trazidas por renomada especialista em fogo, diretora do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Ane Alencar: "O fogo foi potencializado por uma confluência de fatores que vão desde fenômenos como o segundo ano de El Niño, seguido de La Niña, passando pelo aquecimento global e a ação humana. Já tivemos secas muito fortes na Amazônia, em parte do Cerrado, na região central, mas pegando vários biomas ao mesmo tempo, é a primeira vez. É quase uma tempestade perfeita, onde o clima é motor para propagar o fogo que ocorre a partir das queimadas. Para que haja fogo, tem que ter faísca, é essa primeira fonte de ignição, e ela é iniciada pelo ser humano."

Não é só o Brasil que arde em chamas. Outras partes da aldeia global vivem drama assemelhado. Espera-se, no caso brasileiro, que as autoridades competentes divulguem logo os resultados dos inquéritos referentes a ações incendiárias de cunho doloso ou não. Por derradeiro, registro indispensável. O Poder Judiciário pediu urgência no enfrentamento do problema; o governo, com algum atraso, anunciou plano emergência; o Congresso, enquanto isso, debate questões bizantinas. É fogo!.

EDITORIAL

O futuro em nossas mãos

Faltando menos de um mês para o primeiro turno das eleições municipais, a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, cumpriu o mais importante ritual do processo pré-eleitoral com a Cerimônia de Assinatura Digital e de Lacração dos Sistemas Eleitorais. No evento, a ministra reafirmou que a integridade do processo de votação e contagem dos votos foi seguidamente testada e "em todos os exames feitos se tem a proclamação verdadeira da inviolabilidade da urna, da segurança do processo eleitoral, da garantia a todos os cidadãos que ele é livre naquela cabine, que ele é o único responsável pelo seu voto e que cada município, cada estado brasileiro e o próprio Brasil dependem desse voto". A presidente do TSE destacou também a responsabilidade cívica de cada brasileiro na escolha de prefeitos e vereadores, concluindo por afirmar que os 156 milhões de brasileiros que podem e devem votar estão diante do chamamento para que se responsabilizem pelo Brasil.

São palavras que merecem muita atenção, sendo igualmente um convite à reflexão, seja no que toca à integridade e inviolabilidade do sistema que recolhe e conta os votos, seja no que diz respeito ao papel e responsabilidade reservados aos eleitores. De cada cidadão se espera, na votação que deve também antecipar tendências para a vida política do País, indicando rumos prováveis para as próximas escolhas de governadores e do presidente da República, decisão consciente e responsável, para além e acima da polarização ditada por circunstâncias ou paixões que devem ser entendidas como indesejadas porque prejudicais à integridade de todo o processo.

Nesse mesmo contexto está a validação e reconhecimento da integridade e da qualidade, talvez ímpar no mundo, do sistema eletrônico de coleta e apuração dos votos. Espera-se, de fato, que nas votações de outubro sejam apagados de vez os questionamentos impertinentes, até mesmo as alegações de vulnerabilidade do sistema ou sua confiabilidade. Nessa direção, caberia lembrar o entendimento da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que aponta a assinatura digital e a lacração dos sistemas como melhores símbolos da lisura e a segurança do processo eleitoral. Chancela, vale também assinalar, endossada na mesma solenidade pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Ministério Público Federal, pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Polícia Federal e OAB.

Assim, e para a frente, só se pode desejar que o reconhecimento agora reafirmado da integridade do sistema eleitoral seja plenamente confirmado, nos dias 6 e 27 de outubro, com a qualidade e integridade dos votos a serem depositados nas urnas. Assim vencerá o Brasil.

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Enio Coradi
Tiago Fantini Magalhães
Antonieta Rossi

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado / Claudio de Moura Castro / Lindolfo Paoliello / Luiz Michalick
Mônica Cordeiro / Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

EDITORES
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES
Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL
Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)
assinaturas@diariodocomercio.com.br
SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana
ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana
PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO:
R$ 3,50
Demais regiões, consulte
nossa Central de Atendimento.
DISTRIBUIDOR AUTORIZADO:
viasuperlog
Oséias Ferreira de Resende
Logística de transporte e distribuição
(31) 98302-1231

FILIADO À



SINDIJORI
Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais

Os artigos assinados refletem a opinião do autor. O Diário do Comércio não se responsabiliza e nem poderá ser responsabilizado pelas informações e conceitos emitidos e seu uso incorreto.

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio



Atividade industrial cresce 3,8% em Minas

IBGE Apesar de resultado ser positivio, desempenho ficou abaixo da média nacional em agosto

MARCO AURÉLIO NEVES

A produção da indústria de Minas Gerais aumentou 3,8% em julho na comparação com o mesmo mês do ano anterior, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado foi inferior a alta de 6,1% do País no período.

Assim como no comparativo ano a ano, a produção industrial do Estado também registrou crescimento (2,1%) em julho em relação ao mês anterior. O resultado foi a segunda maior influência positiva sobre o indicador nacional. Enquanto isso, a produção industrial brasileira recuou 1,4% na mesma base de comparação.

Já no acumulado dos últimos 12 meses, a indústria nacional teve variação de 2,2% e Minas Gerais alcançou alta de 1,5% na produção industrial. Nos primeiros sete meses deste ano, o resultado estadual também foi um crescimento de 1,5% na produção, enquanto o País cresceu 3,2%.

Dentre as 14 atividades analisadas no Estado, 11 apresentaram crescimento na produção industrial em relação ao mesmo mês do ano anterior. A atividade que mais impactou positivamente o indicador foi a indústria extrativa.

A atividade teve um acréscimo produtivo de 4,1% e puxou o desempenho da indústria de Minas Gerais para cima, seguida da alta detectada em produtos químicos (27,5%). As produções de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (19,2%), produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (17,3%) e bebidas (14,9%) também registraram fortes altas na comparação ano a ano. Outras seis atividades analisadas pelo IBGE registraram crescimento.

Em contrapartida, a metalurgia caiu 5,3% e não deixou a produção industrial do Estado subir mais, sendo a principal influência negativa.

Produtividade - O economista-chefe da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), João Pio, explica que a manutenção das plantas das principais mineradoras do Estado, realizada no ano passado, permitiu um ganho de produtividade e conseguinte alta do volume produzido, o que impulsionou o desempenho da produção mineira em 2024.

A indústria extrativa mineira cresceu 2,1% de junho para julho e 5% no acumulado do ano, enquanto o País registrou queda de 2,4% e alta de 1,8%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação. "Essa boa performance da indústria extrativa em Minas Gerais é explicada pela sua melhoria na manutenção das plantas produtivas e aumento de produtividade", disse.

Já em relação à produção da indústria de transformação do Estado, abaixo da média nacional, é explicada em parte, pela base de comparação anterior. A produção do setor em Minas registrou leve alta de 0,1% no acumulado do ano, enquanto no Brasil o aumento foi de 3,4%.

Na comparação anual, o crescimento mineiro (3,7%) foi menor que o nacional (7,3%). "Até dezembro, a indústria nacional vinha patinando, enquanto a indústria mineira recuperou o patamar pré-pandemia e se manteve num patamar superior ao cenário pré-pandemia", pontua Pio. "A base de comparação acaba favorecendo o Brasil em relação a Minas", completa.

Mas o economista-chefe da Fiemg aponta que, dentro da indústria de transformação, o desempenho da principal influência negativa na produção industrial de Minas, a metalurgia, também foi impactado ao longo do ano pela da importação de aço da China.

Além disso, o setor de máquinas e equipamentos do Estado, outra influência negativa no índice, com quedas de 10% em julho na comparação ano a ano e 15,1% no acumulado de 2024, sofreu com o menor desempenho da agropecuária. "a agropecuária tem apresentado desempenho mais fraco esse ano e esse é um setor (máquinas e equipamentos) que fornece muitas máquinas para a agropecuária", finaliza.

> **"No acumulado dos últimos 12 meses, a indústria nacional teve variação de 2,2% e Minas Gerais alcançou alta de 1,5% na produção"**



Em Minas, 11 atividades, entre 14 analisadas pelo IBGE, cresceram FOTO: DIVULGAÇÃO / ALPARGATAS

LOGÍSTICA

VLI adquire sete locomotivas para utilizar na EFVM

MARCO AURÉLIO NEVES

A VLI Logística anunciou nesta semana a compra de sete locomotivas para expandir sua atuação na Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), administrada pela Vale. O anúncio foi feito durante reunião da diretoria da companhia de logística com a diretoria colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), na sede da agência, em Brasília (DF).

As locomotivas vão operar o primeiro Acordo de Transporte Ferroviário (ATF) feito dentro do País. Neste ano, a companhia de logística recebeu registro da ANTT para operar como Agente Transportador Ferroviário de Cargas (ATF-C). A classificação permite à empresa negociar com outros *players* do mercado o acesso compartilhado de trechos ferroviários para transporte de suas cargas, por meio de contrato operacional específicos (COEs).

A operação do corredor leste da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), da VLI, com origem no Triângulo Mineiro e destino até Sete Lagoas, na região Central do Estado, segue por direito de passagem ferroviária pela EFVM, da Vale, até o Porto de Tubarão, em Vitória (ES). Somente esse corredor tem investimentos previstos de R$ 10 bilhões com a renovação antecipada da concessão da FCA, prevista para ser finalizada no primeiro semestre de 2025.

A compra das sete locomotivas vai de encontro com estudos da VLI que estimam aumento da demanda em Minas, onde a maior parte das cargas da FCA é transportada, alicerçado principalmente no crescimento do agronegócio e da siderurgia. A estimativa é que o volume aumente 32% ao longo da nova concessão da FCA – a capacidade dos trilhos mineiros da VLI sairá das atuais 35,8 milhões de toneladas para 47,3 milhões de toneladas.

Recentemente, a VLI comprou 12 locomotivas da Wabtec Brasil, com fábrica em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), em um contrato de R$ 300 milhões firmado há cerca de um ano. Em 2024, também foram adquiridas outras oito locomotivas fabricadas pela Progress Rail, em Sete Lagoas, por cerca de R$ 170 milhões.

A VLI poderá comprar mais de 300 locomotivas ao longo da nova concessão da FCA.

O CEO da VLI, Fábio Marchiori, afirma que as locomotivas vão aumentar a capacidade da companhia de transportar cargas diversificadas e consolidar a ampliação da interligação das regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste.

O diretor-geral da ANTT, Rafael Vitale, destacou que, além dos investimentos, as reuniões da VLI com a agência são importantes para discussões sobre obras, concessões, e resolução de pendências.

Economia compartilhada



Letícia Bufarah
Marketing da Leapfone

Embora não seja um conceito novo, a economia compartilhada ou colaborativa vem ganhando cada vez mais espaço no Brasil. De forma prática, esse modelo econômico se baseia no compartilhamento, troca ou aluguel de bens e serviços entre indivíduos ou empresas. Seus princípios fundamentais incluem maximização do uso de recursos, redução do consumo excessivo e a criação de valor através do acesso, em vez da posse.

De acordo com dados recentes, o mercado de economia compartilhada tem crescido de forma expressiva no País, impulsionado pela demanda por alternativas mais econômicas e sustentáveis. Uma pesquisa nacional promovida pela Confederação de Dirigentes Lojistas (CNDL/SPC) aponta que 74% das pessoas já utilizaram algum produto ou serviço por meio do consumo colaborativo.

Cenário favorável - A popularização desse modelo no Brasil reflete uma mudança no comportamento do consumidor, influenciado por fatores como a crise econômica, o aumento da conscientização ambiental, a digitalização e a busca por maior conveniência e flexibilidade. O desejo de economizar e de experimentar novas formas de consumo também são motivadores importantes.

Diante da necessidade de otimizar recursos e reduzir custos, tanto consumidores quanto empresas têm aderido a modelos que promovem o acesso a bens e serviços sem a necessidade de compra ou posse. Além disso, a percepção da população sobre a economia compartilhada tem se tornado mais positiva ao longo do tempo, à medida que os seus benefícios se tornaram mais evidentes.

> ***Diante da necessidade de otimizar recursos e reduzir custos, tanto consumidores quanto empresas têm aderido a modelos que promovem o acesso a bens e serviços sem a necessidade de compra ou posse***

Oportunidades de mercado - Os setores que mais se destacam incluem transporte, hospedagem, coworking, moda, tecnologia e entretenimento. Empresas como Uber, Airbnb e diversos espaços de trabalho compartilhados são exemplos claros desse modelo, que se diferenciam ao oferecer flexibilidade, conveniência e bom custo-benefício ao seu público. Além disso, muitas marcas apostam na sustentabilidade, inovação tecnológica e personalização dos serviços para atrair e reter clientes, como também é o caso de plataformas de streaming e assinaturas de produtos como roupas e eletrônicos.

A economia compartilhada não só democratiza o acesso a diversos serviços, mas também cria novas oportunidades para o mercado B2B — e a tecnologia é um fator-chave para isso. Por exemplo, a assinatura de celulares corporativos é uma tendência crescente, já que, ao invés de fazer grandes investimentos com a compra de aparelhos, a corporação pode obter benefícios fiscais e financeiros, além de eficiência na gestão.

O futuro desse modelo econômico no Brasil parece promissor, com expectativas de crescimento contínuo. Para se preparar para as tendências do setor, investir em tecnologia é o primeiro passo. Além disso, reforçar a sustentabilidade como diferencial competitivo e se adaptar rapidamente às mudanças nas demandas dos consumidores será crucial para garantir o sucesso de longo prazo.



EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal - Acesse também através do QR CODE ao lado.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS - CNPJ: 13.025.354/0001-32

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em Reais)

Ativo	Nota explicativa	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.034.009	1.846.257
Contas a receber	4	23.719.026	27.199.310
Estoques	5	6.984.703	8.229.604
Adiantamentos	6	2.925.840	3.961.497
Despesas antecipadas		458.322	314.500
Outros créditos	7	1.994.550	186.043
		37.116.450	**41.737.211**
Não circulante			
Recursos vinculados a projetos e convênios	8	147.658	6.022.578
Outros créditos	7	804.336	963.844
Depósitos judiciais e bloqueios judiciais		802.464	463.331
		1.754.458	**7.449.753**
Imobilizado	9	47.858.348	43.003.907
Intangível		7.849	11.291
		47.866.197	**43.015.198**
Total do ativo		**86.737.105**	**92.202.162**

Passivo e patrimônio líquido negativo	Nota explicativa	2023	2022
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	7.082.865	7.754.416
Fornecedores	11	20.326.191	14.539.277
Obrigações com pessoal	12	9.333.178	11.061.097
Obrigações tributárias	13	6.381.326	6.281.069
Serviços contratados		310.801	634.808
Parcelamentos fiscais e operacionais	14	10.918.836	6.700.501
Adiantamentos diversos		675.000	1.520.570
Outras contas a pagar	15	15.873.018	12.254.422
		70.901.215	**60.746.160**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	15.521.846	25.694.863
Fornecedores	11	1.390.513	1.700.612
Obrigações com projetos e convênios	8	147.658	6.022.578
Subvenções de Imobilizado a apropriar	8	9.206.758	5.235.676
Obrigações tributárias	13	-	1.772.289
Parcelamentos fiscais e operacionais	14	22.644.973	16.506.869
Provisão para contingências	16	3.932.387	4.364.563
Outras contas a pagar	15	7.561.073	8.648.872
		60.405.208	**69.946.322**
Patrimônio líquido negativo			
Patrimônio social	17	14.394.491	14.394.491
AAP - Ajuste de Avalição Patrimonial		10.449.119	10.679.053
Déficits acumulados		(69.412.928)	(63.563.864)
		(44.569.318)	**(38.490.320)**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**86.737.105**	**92.202.162**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido negativo Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais)

	Patrimônio social	AAP - Ajuste de Avalição Patrimonial	Déficits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**14.394.491**	**10.908.987**	**(47.081.204)**	**(21.777.726)**
Déficit do exercício	-	-	(16.712.594)	**(16.712.594)**
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(229.934)	229.934	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**14.394.491**	**10.679.053**	**(63.563.864)**	**(38.490.320)**
Déficit do exercício	-	-	(6.078.998)	**(6.078.998)**
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(229.934)	229.934	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**14.394.491**	**10.449.119**	**(69.412.928)**	**(44.569.318)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	**(6.078.998)**	**(16.712.594)**
Ajustes para reconciliar o déficit/Superávit do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	3.518.637	3.066.878
Inventário de ativo imobilizado	(403.082)	384.649
Provisão para contingências	(432.176)	1.458.898
	(3.395.619)	**(11.802.169)**
Aumento líquido/(redução) nos ativos		
Contas a receber	3.480.284	(713.394)
Estoques	1.244.901	1.235.421
Adiantamentos	963.314	(2.510.422)
Recursos vinculados a projetos e convênios	5.874.920	504.160
Despesas antecipadas	(143.824)	(9.976)
Depósitos judiciais e bloqueios judiciais	(339.133)	(2.212)
Outros créditos	(1.576.654)	(185.258)
	9.503.808	**(1.681.681)**
Aumento líquido nos passivos		
Fornecedores	5.476.815	(247.618)
Obrigações com pessoal	(1.727.919)	2.392.279
Obrigações tributárias	(1.672.032)	2.822.421
Serviços contratados	(324.007)	38.522
Obrigações com projetos e convênios	(5.874.920)	(504.160)
Parcelamentos fiscais e operacionais	10.356.439	8.649.538
Subvenções de Imobilizado a apropriar	3.971.082	5.235.676
Outras contas a pagar	2.530.797	504.019
	12.736.255	**18.890.677**
Caixa líquido das atividades operacionais	**18.844.444**	**5.406.827**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis	(7.966.553)	(2.354.538)
Caixa líquido nas atividades de investimentos	**(7.966.553)**	**(2.354.538)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamentos diversos	(845.570)	1.505.000
Captação de empréstimos e financiamentos, líquidos	152.700	7.020.271
Liquidação de empréstimos e financiamentos, líquidos	(10.997.269)	(9.837.731)
Caixa líquido (Aplicados) nas atividades de financiamentos	**(11.690.139)**	**(1.312.460)**
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(812.248)**	**1.739.829**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.846.257	106.428
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.034.009	1.846.257
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(812.248)**	**1.739.829**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Receita operacional			
Pacientes do SUS		143.855.168	154.548.683
Receitas de doações		1.044.687	498.388
Subvenções governamentais		18.119.677	15.586.550
Receita convênio ensino e pesquisa		1.767.335	1.554.626
SADT - Serviço Auxiliar Diag. Terapeutica		11.721	10.355
		164.798.588	**172.198.602**
Dedução das receitas			
Recuperação/Glosas definitivas		(629.151)	(520.273)
		(629.151)	**(520.273)**
Receita operacional líquida		**164.169.437**	**171.678.329**
Custos dos serviços			
Materiais e serviços contratados	18	(132.262.352)	(137.830.386)
Custos indiretos		(12.045.804)	(12.718.334)
		(144.308.156)	**(150.548.720)**
Superávit bruto		**19.861.281**	**21.129.609**
(Despesas)/receitas operacionais			
Despesas com pessoal		(14.585.802)	(15.500.987)
Despesas administrativas e gerais		(10.731.970)	(11.207.509)
Despesas com contribuições federais	19	(20.388.490)	(20.248.368)
Receita de renúncia fiscal	19	20.388.490	20.248.368
Honorários médicos e órteses e próteses - Cessão de Crédito	20	(11.487.570)	(12.333.070)
Honorários médicos e órteses e próteses	20	11.487.570	12.333.070
Outras despesas operacionais		(357.969)	(558.454)
Outras receitas operacionais	21	11.310.305	359.730
		(14.365.436)	**(26.907.220)**
Déficit/(superávit líquido) do exercício antes do resultado financeiro líquido		**5.495.845**	**(5.777.611)**
Receitas financeiras	22	1.045.244	590.170
Despesas financeiras	22	(12.620.087)	(11.525.153)
		(11.574.843)	**(10.934.983)**
Déficit do exercício		**(6.078.998)**	**(16.712.594)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais)

	2023	2022
Resultado do exercício		
Déficit do exercício	(6.078.998)	(16.712.594)
	(6.078.998)	**(16.712.594)**
Outros resultados abrangentes		
Ajuste de avaliação patrimonial	229.934	229.934
	229.934	**229.934**
Resultado abrangente do exercício	**(5.849.064)**	**(16.482.660)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022(Valores expressos em Reais)

1. Contexto operacional
A Fundação Hospitalar São Francisco de Assis "Fundação" foi instituída pelo Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da Sociedade São Vicente de Paulo por meio de Escritura Pública, lavrada em 01 de julho de 2010 no Cartório do 5º Ofício de Notas, como entidade filantrópica sem fins lucrativos, pessoa jurídica de direito privado com autonomia administrativa e financeira, regida pelo seu Estatuto e disposições legais aplicáveis. Sua estrutura operacional compreende a Unidade Concórdia – Hospital São Francisco de Assis, no bairro Concórdia, Unidade Santa Lúcia, especializada em ortopedia, no bairro Santa Lúcia além da Unidade de Contagem (Hospital de campanha), tendo como objetivo o atendimento a pacientes suspeitos ou contaminados pelo COVID-19. A assinatura do contrato com Contagem foi embasada na Medida Provisória nº 1047 de 03 de maio de 2021, sendo transformada em Lei nº 14.217 em 13 de outubro de 2021 com prazo de vigência inicial em 16 de julho 2021, finalizando em 22/03/2023. Conforme Termo de Convênio assinado com a Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte e Contrato Administrativo Nº 475.2022 com a Secretaria Municipal de Contagem como Instituição prestadora de Assistência de Saúde, a Fundação atende somente a pacientes do SUS. A Fundação tem por objetivo (i) prover e administrar o Hospital São Francisco de Assis, (ii) promover assistência integral à saúde, (iii) incentivar, apoiar e participar do desenvolvimento da pesquisa, ensino e desenvolvimento institucional, (iv) executar obras de caráter assistencial e (v) prestar, dentre outros, serviços de assistência à saúde e demais serviços de medicina. Os dirigentes e conselheiros não remunerados exercem suas funções e atividades por meio dos Conselhos Diretor e Curador.

1.1. Continuidade operacional pós impactos da COVID 19 nos negócios da Fundação
A crise dos exercícios de 2021 e 2022, decorrentes dos impactos causados pela COVID-19, evidenciaram, nas demonstrações financeiras, incertezas quanto a continuidade operacional da Fundação. Apenas nestes dois exercícios obtivemos 63,17% de todo o prejuízo acumulado da história do Hospital. Para tanto, tornou-se imperioso a utilização de ações que alcançassem nossos objetivos estratégicos e no reequilíbrio das nossas finanças. Por outro lado, mesmo com esta retomada, nota-se que ainda há custos que permanecem inflacionados, consequência da Pandemia, principalmente nos insumos e contratos de serviços prestados. Em 2023 houve a concentração de esforços na busca da recuperação financeira da Entidade, visando sua estabilidade econômica. Dentre as ações, destacamos as principais:
a) Aumento do controle orçamentário e redução de gastos;
b) Regularização do déficit tributário, mantendo-se íntegra a regularidade da CND com consequente redução de despesas financeiras, decorrentes de tributos em atraso;
c) Negociação com os principais credores, visando a respectiva reestruturação das dívidas com redução de custo dos insumos em negociações de pagamento a vista;
d) Revisão de serviços bancários contratados, tendo como principal ação a substituição do Banco de pagamento da folha de salários para o exercício de 2024, gerando economia à Instituição e maior benefícios aos Colaboradores;
e) Consolidação da negociação do incentivo 100% SUS, de Qualificação de Oferta de Média e Alta complexidade (PRT GM/MS 936/2023), no importe de R$ 1.563.516, a partir de julho de 2023;
f) Consolidação da negociação do Incentivo 100% SUS, de Recomposição SMSA, no valor de R$ 811.299, a partir de janeiro de 2023;
g) Reajustamento do incentivo Valora Minas, no importe de R$ 273.276, a partir de setembro de 2023.
A Administração da Fundação Hospitalar São Francisco de Assis mantém o compromisso de impulsionar os resultados com austeridade e principalmente, sem afetar a qualidade no atendimento de nossos pacientes.

1.2. Perspectivas para 2024
Em continuidade às ações desempenhadas no ano de 2023, o exercício de 2024 permitirá perspectivas e possibilidades melhores que as evidenciadas em 2023, dentre elas destacamos:
a) Conclusão da ampliação dos serviços de hemodiálise com acréscimo de 35 máquinas, possibilitando um maior atendimento aos pacientes SUS e maior receita de atendimento de alta complexidade para a Instituição;
b) Aprovação do valor pela SES-MG do plano de trabalho nº 003188/2022 no valor R$ 7.990.894, para a construção de 70 leitos, 4 salas cirúrgicas, reestruturação de espaço existente para o CME e reforma de espaço para ambulatório na unidade Concórdia, será um grande passo para reduzir nossos custos operacionais fixos e melhorar nossos resultados mensais;
c) Perspectiva de captação de Subvenções no ano de 2024 no montante de R$ 18.186.563, milhões em Emendas Parlamentares;
d) Revisão de contratos com prestadores de serviços em geral e foco principal nos prestadores de serviços médicos, implementando regras de pagamento por performance e indicadores;
e) Fortalecimento dos setores de Inovação e Ensino, objetivando impulsionar novos contratos e parcerias e, consequentemente, geração de receitas;
f) Recuperação de EBITDA, reflexo de ações em Gestão do exercício de 2023 e, impulsionadas em 2024.

1.3. Aprovação da emissão das demonstrações contábeis
A Administração da Fundação Hospitalar São Francisco de Assis aprovou a emissão das demonstrações contábeis e as respectivas notas explicativas em 30 de julho de 2024.

2. Base de preparação e apresentação
As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), mais especificamente as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME), combinadas com a ITG 2002 (R1), específica para Entidades sem Finalidades de Lucros, com exceção do registro do trabalho voluntário dos membros da Administração em função das dificuldades de apuração.

2.1. Sumário e descrição das principais práticas contábeis materiais
a) Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Fundação.
b) Uso de estimativas e julgamentos A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes divulgados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativas são:
(i) Vida útil estimada do imobilizado; **(ii)** Provisão para riscos e processos judiciais. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.
c) Apuração do resultado do Exercício
As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o princípio contábil da competência, destacando-se: § **Reconhecimento das receitas**: as receitas pelos serviços médico hospitalares prestados são contabilizadas no mês da prestação dos serviços (produção médica) pelo hospital, mediante 'provisão' ajustada se necessário com os valores aprovados pelo SUS; as demais receitas também são contabilizadas pela competência de exercício; § **Reconhecimento das despesas**: os custos dos serviços prestados por pessoas jurídicas são contabilizados no mês da prestação dos serviços ao hospital; as demais despesas/custos também são contabilizadas pela competência de exercício, na medida em que são incorridos, inclusive os materiais/medicamentos utilizados.
d) Provisões As provisões são reconhecidas quando: a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. Quando aplicável, o aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.
e) Outros ativos/passivos circulantes e não circulantes Contabilizados com base nos direitos e nas estimativas das obrigações conhecidas.
f) Apuração do superávit ou déficit
O superávit ou déficit do exercício é apurado pelo regime contábil da competência dos exercícios.
g) Doações e subvenções
As doações locais são apropriadas no momento da disponibilização do recurso em conta corrente bancária ou do recebimento do bem e as subvenções são apropriadas no momento da disponibilização do recurso em conta corrente bancária ou do recebimento do bem.
h) Isenção tributária
A Entidade possui isenção das contribuições sociais por tratar-se de entidade sem fins lucrativos e estar devidamente regularizada nos órgãos normativos.

2.2. Instrumentos financeiros
(i) Ativos financeiros não derivativos
A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado superávit e déficit). Os ativos financeiros, mensurados ao valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente.
(ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado
Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do superávit (déficit) na Rubrica "Receitas financeiras" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetado pela referida operação.
(iii) Passivos financeiros não derivativos
Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: obrigações com projetos e convênios. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.
(iv) Instrumentos financeiros derivativos
Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos no exercício do ano de 2023, incluindo operações de hedge.

3. Caixa e equivalentes de caixa
A composição dos saldos é apresentada a seguir:

	2023	2022
Caixa	6.516	9.174
Bancos conta movimento	168.008	1.827.953
Aplicações financeiras	859.485	9.130
	1.034.009	**1.846.257**

As aplicações financeiras apresentam liquidez imediata, baixo risco e apresentam rentabilidade próxima a 100% da variação dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). A Fundação, seguindo suas políticas de aplicações de recursos, tem mantido suas aplicações financeiras em instituições financeiras de reconhecida liquidez.

4. Contas a receber
Estão registrados pelas contas médico-hospitalares relativas aos serviços prestados, substancialmente pacientes do SUS. Demais valores a receber deste grupo referem-se aos direitos a receber de terceiros relativos à utilização de espaço, contratos de parceria, contratos firmados com laboratórios e instituições de ensino.

	2023	2022
SUS - Secretaria Municipal de Saúde **(i)**	12.960.395	13.440.185
Prefeitura Municipal de Contagem **(ii)**	-	3.075.534
SES - Secretaria Estadual de Saúde **(iii)**	10.140.815	10.140.815
Demais contas a receber	617.816	542.776
	23.719.026	**27.199.310**

(i) O saldo referente a recebíveis do SUS – Secretaria Municipal de Saúde está dado em garantia de empréstimos de capital de giro junto ao Banco Bradesco e Sicoob Credicom que em 31 de dezembro de 2023 contemplam estes valores; **(ii)** Fim da vigência do contrato administrativo 475.222 com a Secretaria Municipal de Contagem em 22 de março de 2023; **(iii)** Saldo referente ao recurso do PRO-HOSP relativo aos exercícios de 2017 a 2019, reconhecidamente como dívida a ser quitada pela SES, disposta no disposto no Memorando nº 61/2019 e no Ofício nº 1436/2019 da Secretaria de Estado da Saúde, encaminhados como resposta aos Ofícios nºs 0201/2019 e 0896/2019, no qual afirma o compromisso de que as obrigações até então inadimplentes serão cumpridas com a maior brevidade possível, uma vez retomada à normalidade em função da calamidade pública, sempre em conformidade com a capacidade financeira do Estado e prezando pelo escorreito cumprimento do seu dever legal. Em 28 de outubro de 2021 foi celebrado "Termo de Acordo" entre: Estado de Minas Gerais; Ministério Público de Minas Gerais; Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; Associação Mineira de Municípios e o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais onde o Estado de Minas Gerais reconhece como devido aos municípios mineiros e prestadores de serviços por repasses obrigatórios e voluntários para a saúde os valores constantes nos termos do Acordo e onde há o comprometimento da quitação da referida dívida conforme escalonamento, iniciando em dezembro de 2021. Por fim, foi celebrado em 26 de setembro de 2023 a Resolução SES/MG assegura o repasse total dos valores em aberto no exercício de 2024. Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	2023	2022
A vencer	13.052.660	204.758
Vencidos até 30 dias	20.970	9.973.107
Vencidos de 31 a 90 dias	-	3.205.053
Vencidos de 91 a 180 dias	-	56.042
Vencidos de 181 a 360 dias	-	24.433
Vencidos há mais de 360 dias	10.645.396	13.735.917
	23.719.026	**27.199.310**

Em 31 de dezembro de 2023 existia um montante de R$ 10.645.396 referentes a duplicatas a receber com saldo em aberto há mais de 360 dias. Deste montante R$ 10.140.815 foram regularizados com a Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais com valores a receber no exercício de 2024. Neste sentido, a Fundação entende que não há elementos que caracterizam a provisão para perda estimada em créditos de liquidação duvidosa dos referidos títulos.

5. Estoques
Estão avaliados pelos custos médios de aquisição, inferiores aos valores de reposição, incluindo os estoques de terceiros que somente geram exigibilidades para a Fundação se e quando forem utilizados pelo Hospital.
A composição dos saldos é apresentada a seguir:

	2023	2022
Medicamentos	1.388.044	2.874.996
Material médico-hospitalar	1.642.255	1.907.548
Órteses e próteses	494.155	417.085
Órteses e próteses - SUS	1.183.942	1.170.267
Outros estoques	2.276.307	1.859.708
	6.984.703	**8.229.604**

6. Adiantamentos
Refere-se a:
(i) Adiantamento a fornecedores: pagamentos antecipados para compra de insumos e posterior entrega dos materiais com comprovação de nota fiscal; **(ii)** Adiantamento a funcionários: Composto em sua grande maioria de valores antecipados de férias em que os descontos ocorrerão em meses subsequentes. Composição a seguir: composição dos saldos é apresentada a seguir:

	2023	2022
Adiantamento a Fornecedores	2.662.322	3.625.634
Adiantamento de férias	165.123	279.225
Adiantamento a funcionários	98.395	56.638
	2.925.840	**3.961.497**

7. Outros créditos
Contas do circulante referem-se a:
(i) Créditos da Fundação com terceiros em operações de cartões de crédito ou débito, com liquidação prevista em até 30 dias; **(ii)** Termos de convênios de Subvenções assinados em 2023 com expectativa de recebimento em 2024; **(iii)** Direitos de valores a repassar aos colaboradores decorrentes do Piso Nacional da Enfermagem relativo as competências de dezembro de 2023 e 13º salário de 2023 ; **(iv)** Créditos tributários provenientes de retenções indevidas; **(v)** Título de capitalização vinculados a operações bancárias. Enquanto a conta do não circulante referia-se a bens adquiridos em 2022 e que sua entrega ocorreu em 2023. A composição dos saldos é apresentada a seguir:

	2023	2022
Operadoras de cartões	1.503	4.406
Subvenções a receber	800.000	-
Valores a repassar - Piso Nacional da Enfermagem	1.011.411	-
Valores a recuperar	181.636	181.636
Total do circulante	**1.994.550**	**186.042**
Títulos de capitalização	700.000	700.000
Outros créditos não circulantes	104.336	263.844
Total do não circulante	**804.336**	**963.844**

8. Recursos vinculados a projetos e convênios
A Fundação administra em contas de aplicações financeiras, recursos recebidos de subvenções ou projetos designados à assistência. As subvenções governamentais são reconhecidas de acordo com sua natureza, em conformidade com o Pronunciamento Técnico – PME – Seção 24 Subvenções governamentais. Inicialmente reconhecemos os direitos em contas de ativos e passivos e apropriamos a receita, quando custeio operacional, no consumo financeiro a qual se refere. As receitas de Subvenções vinculadas a Investimentos são apropriadas ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos amortizando as contas de subvenções de imobilizados a apropriar de acordo a realização da depreciação dos bens. A composição dos saldos é apresentada a seguir:

	2023	2022
Ativo		
Bancos conta vinculada	147.658	6.022.578
	147.658	**6.022.578**
Passivo		
Obrigações com projetos e convênios	147.658	6.022.578
	147.658	**6.022.578**

	2023	2022
Subvenções de Imobilizados a apropriar	5.516.569	1.866.007
Subvenções de Obras em andamento a apropriar	3.690.189	3.369.669
	9.206.758	**5.235.676**

9. Imobilizado
Estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada item. Os terrenos não são depreciados e o valor contábil dos bens substituídos é integralmente registrado em contrapartida ao resultado. Houve o ajuste do valor patrimonial das rubricas de Terrenos e Edificações, obedecendo ao ICPC 10, respaldado segundo laudo de avaliação realizado por empresa especializada em junho de 2014. Em 31 de dezembro, a posição do imobilizado era a seguinte:

Em 31 de dezembro, a posição do imobilizado era a seguinte:

	Deprec. Taxa %	Custo (2022)	Depreciação acumulada (2022)	Saldo Contábil 31/12/2022	Adições de ativos (2023)	Baixas (2023)	Depreciação do exercício (2023)	Saldo contábil 31/12/2023
Terreno	-	10.940.000	-	**10.940.000**	-	-	-	**10.940.000**
Edificações e reformas	4%	24.558.330	(3.906.163)	**20.652.167**	465.115	-	(927.996)	**20.189.286**
Maquinas e equipamentos hospitalares	10%	19.883.945	(10.650.859)	**9.233.086**	7.086.352	-	(2.165.772)	**14.153.666**
Instalações, Moveis e utensílios	10%	2.801.330	(1.677.250)	**1.124.080**	492.982	-	(204.543)	**1.412.519**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	932.394	(264.147)	**668.247**	-	-	(37.292)	**630.955**
Equipamentos de informática	20%	1.445.908	(1.059.830)	**386.078**	162.001	-	(152.394)	**395.685**
Veículos	20%	311.167	(310.918)	**249**	163.186	-	(27.198)	**136.237**
		60.873.074	**(17.869.167)**	**43.003.907**	**8.369.636**	**-**	**(3.515.195)**	**47.858.348**

	Deprec. Taxa %	Custo (2021)	Depreciação acumulada (2021)	Saldo Contábil 31/12/2021	Adições de ativos (2022)	Baixas (2022)	Depreciação do exercício (2022)	Saldo Contábil 31/12/2022
Terreno	-	10.940.000	-	**10.940.000**	-	-	-	**10.940.000**
Edificações e reformas	4%	23.236.135	(2.978.167)	**20.257.968**	1.322.196	-	(927.996)	**20.652.168**
Maquinas e equipamentos hospitalares	10%	19.442.522	(8.971.494)	**10.471.028**	832.713	(391.345)	(1.679.310)	**9.233.086**
Instalações, Moveis e utensílios	10%	2.732.108	(1.460.537)	**1.271.571**	68.425	804	(216.720)	**1.124.080**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	932.394	(226.855)	**705.539**	-	-	(37.292)	**668.247**
Equipamentos de informática	20%	1.308.682	(894.043)	**414.639**	131.207	5.892	(165.660)	**386.078**
Veículos	20%	311.167	(274.530)	**36.637**	-	-	(36.389)	**248**
		58.903.008	**(14.805.626)**	**44.097.382**	**2.354.541**	**(384.649)**	**(3.063.367)**	**43.003.907**

10. Empréstimos e financiamentos São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido utilizando o método da taxa de juros efetiva. Em 31 de dezembro, a movimentação dos saldos de empréstimos está assim demonstrada: Resumo dos contratos:

nº	Instituição	Contrato nº	Contratação em	Finalidade	Valor liberado	Total	Pagas	Há vencer	R$ médio	Liquidação	Taxa a.m	Status
1	Bradesco	13.973.465	15/05/2020	Capital de Giro	15.929.383	**81**	43	38	289.948	15/02/2027	0,90%	Em aberto
2	Sicoob Credicom	93022-0	15/05/2020	Repactuação	14.571.083	**71**	44	27	305.000	16/03/2026	0,45% + CDI	Em aberto
3	Sicoob Credicom	116681-9	13/09/2021	Capital de Giro	9.200.000	**84**	27	57	210.000	15/09/2028	0,45% + CDI	Em aberto
4	Sicoob Credicom	146670-0	13/12/2022	Investimentos	163.185	**48**	12	36	4.864	15/12/2026	1,54%	Em aberto
5	Sicoob Credicom	147560-3	19/12/2022	13º Salário	3.500.000	**24**	24	0	257.995	10/11/2023	0,45% + CDI	Liquidado
6	Sicoob Credicom	149353-6	13/03/2023	Investimentos	152.700	**24**	9	15	8.000	20/03/2025	0,57% + CDI	Em aberto
Totais					**43.516.351**				**1.075.807**			

Posição contábil de empréstimos e financiamentos:

Instituição	Contrato nº	Finalidade	Taxa a.m	Circulante 2023 Valor atualizado	(-) Juros a aprop.	Saldo devedor	Não circulante 2023 Valor atualizado	Juros a apropriar	Saldo devedor	Saldo devedor total
Bradesco	13.973.465	Capital de Giro	0,90%	3.479.377	(876.676)	**2.602.701**	7.538.650	(842.667)	**6.695.983**	**9.298.684**
Sicoob Credicom	93022-0	Repactuação	0,45% + CDI	3.058.519	(315.395)	**2.743.124**	3.532.658	(170.102)	**3.362.556**	**6.105.680**
Sicoob Credicom	116681-9	Capital de Giro	0,45% + CDI	2.519.786	(1.104.402)	**1.415.384**	7.157.294	(1.790.647)	**5.366.647**	**6.782.031**
Sicoob Credicom	146670-0	Investimentos	1,54%	59.873	(22.353)	**37.520**	116.743	(20.083)	**96.660**	**134.180**
Sicoob Credicom	149353-6	Investimentos	0,57% + CDI	107.955	(12.067)	**95.888**	-	-	-	**95.888**
Sicoob Credicom	147560-3	13º Salário	0,45% + CDI	-	-	-	-	-	-	-
Banco Conta Garantida			1,20%	188.248	-	**188.248**	-	-	-	**188.248**
				9.413.758	**(2.330.893)**	**7.082.865**	**18.345.345**	**(2.823.499)**	**15.521.846**	**22.604.711**

Instituição	Contrato nº	Finalidade	Taxa a.m	Circulante 2022 Valor atualizado	(-) Juros a aprop.	Saldo devedor	Não circulante 2022 Valor atualizado	Juros a apropriar	Saldo devedor	Saldo devedor total
Bradesco	13.973.465	Capital de Giro	0,90%	3.893.875	(1.141.637)	**2.752.238**	11.018.027	(1.719.343)	**9.298.684**	**12.050.922**
Sicoob Credicom	93022-0	Repactuação	0,45% + CDI	2.914.461	(154.371)	**2.760.090**	6.591.177	(538.575)	**6.052.602**	**8.812.692**
Sicoob Credicom	116681-9	Capital de Giro	0,45% + CDI	2.021.164	(1.464.594)	**556.570**	11.358.033	(3.710.943)	**7.647.090**	**8.203.660**
Sicoob Credicom	146670-0	Investimentos	1,54%	60.262	(29.548)	**30.714**	176.275	(42.301)	**133.974**	**164.688**
Sicoob Credicom	147560-3	13º Salário	0,45% + CDI	2.579.954	(1.620.116)	**959.838**	3.611.936	(1.049.423)	**2.562.513**	**3.522.351**
Banco Conta Garantida			1,20%	694.966	-	**694.966**	-	-	-	**694.966**
Total				**12.164.682**	**(4.410.266)**	**7.754.416**	**32.755.448**	**(7.060.585)**	**25.694.863**	**33.449.279**

11. Fornecedores
A composição dos saldos é apresentada a seguir:

	2023	2022
Fornecedores de suprimentos	12.175.946	7.603.207
Fornecedores de serviços	8.150.246	6.936.070
Total circulante	**20.326.191**	**14.539.277**
Fornecedores - LP	1.390.513	1.700.612
Total do não circulante	**1.390.513**	**1.700.612**

Fornecedores de suprimentos são obrigações a pagar por insumos ou bens adquiridos no curso normal dos negócios, reconhecidas por seu custo histórico; fornecedores de serviços são obrigações a prestadores de serviços médicos e serviços em geral, apropriados em conformidade com o princípio da competência. O saldo de fornecedores e serviços contratados reclassificados para a conta de passivo não circulante estão sob análise da Fundação para possíveis negociações futuras.

12. Obrigações com pessoal
Houve redução no saldo de obrigações com pessoal devido a consolidação do parcelamento de FGTS s/ folha de pagamento relativo as competências de novembro de 2021 a setembro de 2023, mantendo assim as certidões de regularidade fiscal em dia. A composição dos saldos é apresentada a seguir:

	2023	2022
Salários a pagar	2.926.389	2.070.956
Provisão para férias e encargos	5.731.990	5.466.494
FGTS s/folha de pagamento	624.754	3.439.875
Pensão alimentícia	10.263	11.109
Empréstimo consignado folha a pagar	39.782	72.663
	9.333.178	**11.061.097**

13. Obrigações tributárias
Correspondem às obrigações da Instituição junto aos entes governamentais, referentes aos tributos, na sua maioria, retidos de terceiros. A Fundação Hospitalar São Francisco de Assis é certificada como entidade beneficente de assistência social e, portanto, apresenta isenção das contribuições para seguridade social tais como: COFINS, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e INSS patronal. A composição dos saldos é apresentada a seguir:

	2023	2022
Tributos federais - retidos	1.180.619	1.668.688
Tributos previdenciários - retidos	1.474.093	1.670.055
Tributos municipais - retidos	3.504.012	2.722.248
Outros	222.602	220.078
Total circulante	**6.381.326**	**6.281.069**
Tributos municipais LP - retidos **(i)**	-	1.772.289
Total do não circulante	**-**	**1.772.289**

(i) Valores baixados no exercício de 2023 em decorrência de decadência de tributos municipais relativos a débitos dos exercícios de 2016 a 2018. A Fundação está amparada por parecer de nossas assessorias jurídicas, tanto interna quanto externa e, nos termos que dispõe o artigo 173, incido I, do CTN. A baixa contábil foi lançada em conta de "Outras receitas operacionais".

14. Parcelamentos fiscais e operacionais
Referem-se a:
(i) Tributários: Parcelamentos administrativos e especiais dos tributos federais e previdenciários;
(ii) Parcelamentos de FGTS dos colaboradores;
(iii) Parcelamento com a Companhia Energética de Minas Gerais conforme TARD 90002283670, nesta modalidade de parcelamento há redução dos encargos;
(iv) Negociações parceladas com fornecedores de suprimentos. A Fundação se mantém adimplente em todos os parcelamentos homologados. A composição dos saldos é apresentada a seguir:

	Circulante 2023	Circulante 2022	Não circulante 2023	Não circulante 2022
Parcelamento Simplificado Previdenciário	2.142.996	2.255.225	3.504.674	5.071.063
Parcelamento Administrativo Previdenciário	499.434	449.897	759.656	1.134.036
Parcelamento Simplificado Receita Federal	2.424.043	444.912	7.988.616	1.540.080
Parcelamento Administrativo Receita Federal	844.676	1.030.167	695.255	1.395.055
Parcelamento Especial Previdenciário	364.794	354.943	813.323	1.063.559
Parcelamento Especial Receita Federal	43.547	48.041	203.215	246.763
Parcelamento FGTS	906.800	-	4.162.708	-
Total Parcelamento Fiscais	**7.226.290**	**4.583.185**	**18.127.447**	**10.450.556**
Parcelamento CEMIG	510.323	465.124	3.676.325	4.195.548
Total Parcelamento CEMIG	**510.323**	**465.124**	**3.676.325**	**4.195.548**
Parcelamento com Fornecedores	3.182.223	1.652.192	841.201	1.860.765
Total Parcelamento Fornecedores	**3.182.223**	**1.652.192**	**841.201**	**1.860.765**
Total Parcelamentos fiscais e operacionais	**10.918.836**	**6.700.501**	**22.644.973**	**16.506.869**

15. Outras contas a pagar
Referem-se aos valores em aberto provenientes de: **(i)** Concessionárias: Copasa e Cemig; **(ii)** Despesas operacionais de aluguéis e seguradoras; **(iii)** Estoques de terceiros na modalidade de cessão de crédito ou empréstimo; **(iv)** Causas trabalhistas já homologadas. A composição dos saldos é apresentada a seguir:

	Circulante 2023	Circulante 2022	Não circulante 2023	Não circulante 2022
Companhia de Saneamento de MG - COPASA **(i)**	12.725.322	9.710.443	7.561.073	7.561.074
Estoque de terceiro em nosso poder	2.450.052	2.116.679	-	-
Corporação dos Médicos Católicos **(ii)**	-	-	-	1.087.798
Aluguéis a pagar	292.020	276.558	-	-
Companhia de Energia de Minas Gerais - CEMIG	179.951	142.810	-	-
Causas trabalhistas	170.949	-	-	-
Outros	54.724	7.932	-	-
	15.873.018	**12.254.422**	**7.561.073**	**8.648.872**

(i) Encerrou-se em 2023 o saldo em aberto das obrigações provenientes do crédito da Corporação dos Médicos Católicos relativo a indenização deliberada pelo Conselho Curador em reunião ordinária realizada em 22 de abril de 2013, sobre o qual foram debitados pagamentos e suprimentos de recursos pela Fundação. **(ii)**Houve aumento no saldo de outras contas a pagar no exercício de 2023 referente a dívida com a Copasa. Adicionalmente informamos que as negociações deste passivo se encontram em processo adiantado no exercício de 2024.

16. Provisão para contingências
Ao assumir a gestão do Hospital São Francisco de Assis, em março de 2011, a Fundação assumiu, também, o compromisso de pagamento mensal do Procedimento de Reunião de Execuções relativo às obrigações trabalhistas perante os funcionários do Hospital, que não tinham recebido seus créditos no momento do encerramento dos contratos de trabalho. Tendo como suporte a opinião dos assessores jurídicos da Fundação, foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas nos seguintes montantes:

	2023	2022
Ações trabalhistas	2.511.420	2.929.482
Ações cíveis	1.420.967	1.435.081
	3.932.387	**4.364.563**

A Fundação faz parte de outros processos de naturezas cíveis, tributários e trabalhistas para as quais a expectativa de perda é possível. Neste contexto, a Administração, lastreada na avaliação de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão para eventuais perdas. Baseada nestas avaliações, a Administração da Fundação considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a sua defesa. A necessidade da constituição de provisão é analisada periodicamente. Os processos judiciais em andamento nas instâncias administrativas e judiciais de naturezas cíveis, tributárias e trabalhistas, com expectativa de perda possível somam aproximadamente o valor de R$ 15.247.719 em 31 de dezembro de 2023 - (R$ 23.545.302 em 31 de dezembro de 2022).

	2023	2022
Ações trabalhistas	61.000	45.300
Ações tributárias	-	1.478.593
Ações cíveis	15.186.719	22.021.409
	15.247.719	**23.545.302**

17. Patrimônio social
De acordo com as normas contábeis aplicáveis à Fundação, os seus superávits ou déficits são incorporados ao Patrimônio social anualmente, na aprovação das demonstrações contábeis.

18. Materiais e serviços contratados
A composição dos custos com materiais e serviços contratados é apresentada a seguir:

	2023	2022
Despesa com pessoal e encargos - Assistenciais	(60.519.957)	(55.623.052)
Materiais aplicados na prestação de serviços	(32.727.644)	(37.802.875)
Serviços médicos prestados	(34.149.477)	(38.918.280)
Serviços de exames / laboratoriais	(3.862.590)	(5.341.995)
Perdas	(1.002.684)	(144.184)
	(132.262.352)	**(137.830.386)**

19.Despesas com contribuições federais e Receita de renúncia fiscal
A Fundação possui Certificado de Entidade de Beneficente de Assistência Social (CEBAS) para o exercício de 2023 conforme Portaria nº 1.800 de 12 de novembro de 2018. As isenções das contribuições sociais usufruídas nos exercícios estão registradas em contas de receitas e de despesas, conforme evidenciado na demonstração de resultados e detalhamento a seguir:

	2023	2022
INSS Patronal	(15.118.780)	(14.727.369)
COFINS	(5.269.710)	(5.520.999)
	(20.388.490)	**(20.248.368)**

20. Honorários médicos e órteses e próteses na modalidade de Cessão de Crédito
As operações de honorários médicos e órteses e próteses na modalidade de Cessão de Crédito registradas no exercício de 2023 e 2022 estão registradas em contas de receitas e de despesas e totalizou R$ 11.487.570 (em 2022, R$ 12.333.070), conforme evidenciado na demonstração de resultados.

21. Outras receitas operacionais
A composição de outras receitas operacionais é apresentada a seguir:

	2023	2022
Piso Nacional da Enfermagem - Receita a repassar	7.236.720	-
Reversões de contingências	1.284.987	-
Baixa por prescrição de tributos	1.772.289	-
Inventário de ativo imobilizado	403.082	-
Receitas com cessão de espaços	261.939	207.350
Outras	351.288	152.380
	11.310.305	**359.730**

22. Receitas/(despesas) financeiras, líquidas
A composição dos saldos de receitas e despesas financeiras é apresentada a seguir:

	2023	2022
Receitas Financeiras		
Rendimentos aplicações financeiras	255.311	71.279
Descontos obtidos	784.278	514.237
Juros ativos	5.655	4.654
	1.045.244	**590.170**
Despesas Financeiras		
Juros fornecedores/empréstimos e tributos	(12.474.351)	(11.407.034)
Multas	(55.908)	(35.013)
Despesas bancárias e outros	(89.828)	(83.106)
	(12.620.087)	**(11.525.153)**
	(11.574.843)	**(10.934.983)**

23. Seguros
A Fundação mantém política de monitoramento dos riscos inerentes a suas operações. Para tanto, possui contratos de seguros considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros e riscos, conforme mencionado a seguir:
§ Responsabilidade civil de Administradores; § Incêndio, explosão, danos elétricos; § Roubo e danos elétricos equipamentos; § Veículos – garantia total e assistência 24 horas. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

24. Eventos subsequentes
A Fundação iniciou em janeiro de 2024 o Projeto denominado "Fornecedores Solidários", objetivando garantir a continuidade do abastecimento dos insumos da Instituição com redução dos custos financeiros. As premissas na condução da realização deste projeto foram estruturadas entre nosso Conselho Diretor e Superintendência. Para tanto, foi necessário a captação do empréstimo no montante de R$ 8.000.000, em 26/02/2024, conforme contrato 183485-8 com Sicoob Credicom, no prazo de 60 meses, carência de 6 meses e taxa de 0,45% + CDI a.m. Não ocorreram outros eventos subsequentes entre o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e a data de autorização para conclusão das demonstrações contábeis que pudessem alterar as posições contábeis do balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

Charles de Carvalho Castro
Diretor Presidente
Libério José do Amaral
Contador CRC 1 MG 034.165/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da **Fundação Hospitalar São Francisco de Assis** Belo Horizonte – MG **Opinião sobre as demonstrações contábeis** Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação Hospitalar São Francisco de Assis ("Fundação")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das práticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fundação Hospitalar São Francisco de Assis** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) – "Contabilidade para pequenas e médias empresas" e às entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 - R1 – Entidades sem finalidade de lucros). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.
Ênfases Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional Conforme apresentado na Notas Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que indicam que a Fundação apresentou relevante déficit, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$ 6.078.998, déficits acumulados de R$ 69.412.928 e um patrimônio líquido negativo de R$ 44.569.318. As ações que estão sendo desenvolvidas pela Administração da Fundação para a superação das atuais dificuldades estão descritas na Nota Explicativa nº 1, que demonstram as ações realizadas e seus efeitos para reverter a incerteza de continuidade operacional. Desta forma, o equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade normal de suas operações dependerão do êxito na gestão operacional da Fundação. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas Notas Explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Fundação. **Revisão da vida útil do valor recuperável do ativo imobilizado**
Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9 às demonstrações contábeis, a Fundação possui registrado na Rubrica "Imobilizado" o montante de R$ 47.858.348, em 31 de dezembro de 2023, sobre o qual a Administração não avaliou a vida útil-econômica estimada dos componentes, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e não realizou os procedimentos pertinentes aos testes de recuperabilidade (*impairment*). Desta maneira, torna-se inviável aplicar procedimentos alternativos para formar e emitir opinião, como de fato não estamos emitindo, sobre os saldos do ativo imobilizado, das despesas de depreciação e da depreciação acumulada para o período findo em 31 de dezembro de 2023. **Ausência de liquidação de suas obrigações** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 14, considerando que a Fundação não liquidou as suas obrigações junto à Companhia de Saneamento Básico de Minas Gerais (COPASA). Em 31 de dezembro de 2023, havia um saldo provisionado no montante de R$ 20.286.395 como outras contas a pagar, para os quais não há um acordo ou contrato de parcelamento formalizado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. A Fundação está contestando a ação judicial movida em 2012 por instituição financeira que pretende cobrar-lhe, juntamente com outras entidades demandadas, o empréstimo concedido em 2009 e repactuado em 2010 com a Corporação dos Médicos Católicos, então sob intervenção administrativa judicial. Em 31 de dezembro de 2023, o valor da cobrança é de R$ 20.538.918 e a Administração da Fundação, fundamentada nos seus consultores jurídicos que classificam a demanda como perda possível, acredita no desfecho favorável da questão e decidiu não contabilizar quaisquer provisões para esta contingência. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações contábeis** A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) – "Contabilidade para pequenas e médias empresas" e às entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 - R1 – Entidades sem finalidade de lucros), e pelos controles internos que ela

1/2



Minas Gerais está na vanguarda da transição energética

MINERAIS CRÍTICOS **Estado conta com reservas importantes de substâncias como o lítio e o nióbio, usados na produção de baterias**

MARA BIANCHETTI, Editora

Com uma produção de mais de 35 milhões de toneladas de alguns dos principais minerais críticos, o Brasil figura entre os principais produtores do mundo. Isso coloca o País numa posição de vanguarda da transição energética, uma vez que esse tipo de material é matéria-prima básica para o desenvolvimento de tecnologia e equipamentos voltados a mitigar a emergência climática que assola o planeta.

Neste cenário, Minas Gerais também desponta com ampla vantagem competitiva, especialmente no que diz respeito à extração de lítio e nióbio. Abundante no Norte do Estado e no Vale do Jequitinhonha, o lítio é um elemento essencial para a produção de baterias de longa duração. Assim como o nióbio – com 80% da produção mundial concentrada em Minas Gerais –, o lítio também se destaca no objetivo de eletrificação, por suas propriedades.

Entre as vantagens dessa nova tecnologia que combina os dois minerais estão, por exemplo, maior durabilidade das baterias e carregamento ultrarrápido.

"Minas possui liderança no lítio, fundamental para a produção de bateria, principalmente de veículos. E a produção de nióbio vem de longa data. As baterias a base desses materiais são recarregadas em 10 ou 15 minutos, ou seja, o tempo que o ônibus fica parado no ponto final. O problema é que o preço do lítio despencou mais de 80% nos últimos anos, devido à maior oferta no mercado. E não há perspectiva de retomada nos patamares anteriores", afirma o diretor de Sustentabilidade e Assuntos Regulatórios do Instituto, Julio Nery.

O dirigente explica que o movimento advém da corrida para abrir novas minas para extração do mineral, diante das oportunidades para a transição da energia limpa, mesmo com um mercado demandante ainda pequeno. Com isso, as mineradoras cortaram custos e adiaram projetos.

Mesmo diante do cenário mais desafiador, Minas Gerais continua atraindo investimentos. Na quarta-feira (11), a Pilbara Minerals anunciou que planeja investir US$ 313 milhões (quase R$ 1,8 bilhão) para desenvolver o Projeto de Lítio Salinas, no Norte do Estado, segundo a empresa.

Conforme publicado pelo **Diário do Comércio**, o empreendimento tem potencial para se tornar uma das dez maiores operações mundiais de lítio de rocha dura em termos de produção. A base de recursos minerais dos depósitos da Latin no município mineiro é de classe global e possui 77,7 milhões de toneladas de espodumênio.

Cartilha - Vislumbrando as oportunidades junto à extração de minerais críticos em solo nacional, o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) elaborou a cartilha "Fundamentos para políticas públicas em minerais críticos e estratégicos para o Brasil". Conforme Nery, o documento reproduz tudo o que os países em todo o mundo estão fazendo na mineração em vistas de surfar na onda da transição energética.

"Há uma extensa janela de oportunidade para o Brasil. E embora se fale muito sobre a diminuição nas exportações de *commodities* pelo País, o movimento não é garantia de geração de valor. Se a gente exportasse aço ou carro, por exemplo, ao invés do minério de ferro, certamente a gente teria mais emprego, mas não necessariamente mais valor de exportação. Porque o minério de ferro possui boa margem, já o aço, diante da inundação de produtos por parte da China, não", explica.

Na carta de apresentação da cartilha, o diretor-presidente do Ibram, Raul Jungmann, defende que o País invista na nacionalização de minérios como potássio, fosfato e outros fundamentais à descarbonização e à transição para a economia verde.

Conforme o documento, a matriz energética brasileira, baseada em recursos renováveis e importantes para processos de abatimento de carbono, tem atraído a atenção de potenciais investidores internacionais.

Especificamente sobre Minas Gerais, o levantamento destaca a consolidação do Vale do Jequitinhonha como um polo de pesquisa e produção mineral por conta da exploração do lítio.



Brasil produz cerca de 35 milhões de toneladas de minerais críticos anualmente, como, por exemplo, o lítio FOTO: FABRÍCIO GUEDES / AMG

> **"Minas possui liderança no lítio, fundamental para a produção de bateria, principalmente de veículos. E a produção de nióbio vem de longa data"**
> Julio Nery

AMG pretende decidir sobre planta de lítio neste ano

THYAGO HENRIQUE

A AMG Brasil, subsidiária da holandesa AMG Critical Minerals, pretende definir, ainda neste ano, o local que abrigará sua nova operação: uma planta química para conversão do concentrado de espodumênio em carbonato de lítio. Cinco lugares estão na disputa para receber a instalação, cujo investimento será em torno de US$ 270 milhões (mais de R$ 1,5 bilhão na cotação atual).

Atualmente, a empresa tem duas operações no País, todas na região do Campo das Vertentes, em Minas Gerais. Em São João del-Rei, a companhia produz materiais especiais, como óxidos de tântalo. Entre Nazareno e São Tiago, fabrica materiais críticos, como o próprio concentrado de espodumênio, um dos fatores para o projeto original prever a nova unidade na divisa das cidades.

Entretanto, a companhia também estudou outros locais que tenham condições e interesse em abrigar a planta. Um deles foi Uberaba, onde visitaram recentemente para conhecer e dialogar com a prefeitura. O desejo demonstrado pelo município em sediar a instalação, além da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) que será inaugurada por lá, atraíram os dirigentes.

Mas a cidade do Triângulo Mineiro não foi a única a receber visitas. Ao Diário do Comércio, o CEO da AMG Brasil, Fabiano Costa, revela que a empresa também visitou o Vale do Jequitinhonha, entre Salinas e Araçuaí, região que está sendo transformada em um "vale do lítio", além de Teófilo Otoni, no Norte do Estado, e Aracruz, no Espírito Santo – ambas com ZPEs.

Parâmetros - O executivo pondera que existem certos parâmetros para definir o local de instalação de uma planta de lítio como a que planejam, assim como para um aplicar um investimento desse porte. Entre os critérios, estão, por exemplo, a disponibilidade de recursos, a infraestrutura logística e os incentivos fiscais. Ele ressalta que é necessário entender qual município está mais disposto a receber a unidade para que a companhia possa construir e realmente ser bem-vinda.

Costa salienta que não adianta o interesse ser somente do empreendedor, que é preciso ter um desejo político para que o negócio saia do papel. Para o CEO, essa disposição não pode ser demonstrada apenas com "tapinha nas costas", mas, sim, com incentivos reais para a construção.

"Agora temos um número 'congelado' de localidades. Estamos fazendo isso de maneira independente, com uma empresa de renome mundial, que está nos ajudando a ponderar todos os parâmetros para ver onde faz mais sentido implementar essa planta", ressalta, dizendo que precisam tomar a decisão logo e que a expectativa é que a definição ocorra até o fim do ano.

Compromisso - O CEO da AMG Brasil, Fabiano Costa, que é mineiro e tem o desejo de que a planta seja construída no Estado, afirma que tem compromissos com Minas Gerais e o Campo das Vertentes. Ele ressalta que, após a avaliação ser concluída, vai conversar com Romeu Zema (Novo) e que não tomará nenhum passo sem seu aval, e que também vai se reunir com os prefeitos de Nazareno e São Tiago.

Conforme o executivo, os estudos de engenharia básica da futura planta química de lítio já foram finalizados e, após definir o local de implantação, o próximo passo é realizar os estudos de engenharia detalhada. O cronograma da empresa é de que a construção comece entre o fim de 2025 e início de 2026 para que a meta de iniciar a nova operação em 2028 possa ser cumprida.

Serão criados aproximadamente 150 empregos diretos quando a unidade entrar em funcionamento. Segundo ele, esse número leva em consideração o projeto no Campo das Vertentes, onde a companhia seria capaz de otimizar a força de trabalho, e caso o empreendimento seja implementado em outra localidade, serão geradas em torno de 280 vagas.

Mineradora conclui expansão no Campo das Vertentes

Recentemente, a AMG Brasil concluiu o *rump-up* da expansão produtiva realizada na planta de beneficiamento de concentrado de lítio entre Nazareno e São Tiago. A ampliação possibilitou que um crescimento na produção de 45%, para 130 mil toneladas por ano.

O projeto recebeu um investimento de US$ 57 milhões (em torno de R$ 317 milhões), segundo o CEO da companhia, Fabiano Costa. Foram gerados 300 postos de trabalho, dos quais 60 diretos.

No dia 18 de setembro, a AMG vai inaugurar uma refinaria na Alemanha – evento que contará com a presença do vice-governador de Minas Gerais, professor Mateus Simões (Novo), de acordo com o executivo. Ele destaca que, em um futuro próximo, o empreendimento deverá ser alimentado com o material produzido na planta química que a empresa implantará no Brasil.

Costa explica que a produção do Campo das Vertentes precisa passar por uma conversão feita na China, transformando o concentrado em carbonato de lítio que, posteriormente, é enviado para alimentar a subsidiária alemã. Mas a ideia é evitar essa rota e verticalizar os processos com a instalação da nova operação no País, considerada como o projeto mais ambicioso da companhia. **(TH)**

Fusões e aquisições devem crescer em 2025 no País

MERCADO DE M&A Especialistas consultados pelo Diário do Comércio apontam cenário favorável para as empresas decidirem por essas operações

JULIANA SODRÉ

As operações de fusões e aquisições de empresas, conhecidas pela sigla M&A, do inglês *Mergers&Acquisitions*, tem se tornado uma das principais estratégias das empresas brasileiras para alavancar o crescimento. O cenário econômico nacional favorável dá evidências que o volume desse tipo de negociação deve aumentar no ano que vem, de acordo com especialistas ouvidos pelo Diário do Comércio.

Segundo a pesquisa da KPMG, o Brasil registrou 426 fusões e aquisições de empresas no segundo trimestre de 2024, uma alta de 17% na comparação com o mesmo período do ano passado, quando foram realizadas 365 operações desse tipo. Das 426, 38 foram em Minas Gerais, mantendo o mesmo número de negociação de 2023.

As operações domésticas entre organizações brasileiras (256) lideraram essas transações, seguidas de transações de empresas de capital majoritário estrangeiro (95) que adquiriram, de brasileiros, capital de empresas estabelecidas no Brasil.

"Os dados evidenciam um aumento importante no número de fusões e aquisições. Após os impactos causados pelo aumento global de taxa de juros e ajustes na expectativa de preço, fica evidente que as empresas estão mais ativas nessas operações e que devemos ter uma retomada no número de fusões e aquisições", afirma o especialista de Fusões e Aquisições da KPMG no Brasil, Paulo Guilherme Coimbra.

Ambiente atrativo - A diversidade e a grandeza do mercado nacional atrelado aos fatores econômicos e estruturais tornaram o País um ambiente atrativo para investidores, de acordo o sócio da FT Aquisições, Franklin Tomich. Além disso, ele considera que a fragmentação de muitos setores ainda oferece oportunidades de consolidação, com empresas buscando ganhos de escala e eficiência, além de maior competitividade nos próximos anos.

"A atração de investimento estrangeiro permanece forte, já que o Brasil oferece um vasto mercado consumidor, recursos naturais e setores como infraestrutura, tecnologia e energia que necessitam de grandes aportes. Além disso, o contínuo processo de privatizações e concessões do governo brasileiro abre espaço para transações estratégicas, especialmente em áreas como saneamento e infraestrutura".

O especialista em finanças e investimentos, Hulisses Dias, acrescenta a redução nas taxas de juros nos EUA como outro importante fator que motivam o crescimento de M&A. "A redução das taxas atrai capital para países emergentes", diz.

Dias cita ainda a necessidade de inovação e digitalização acelerada como outros fatores que levam as empresas a procurarem a M&A. "Uma forma de incorporar novas tecnologias e *expertise*, especialmente em setores como tecnologia, saúde e energia", comenta.



Tomich: oportunidade de consolidação de setores FOTO: ARQUIVO PESSOAL / FRANKLIN TOMICH

O professor do Ibmec, Marcos Camargos, comenta que o bom desempenho do Índice Bovespa, que é o mais importante indicador do desempenho médio das cotações das ações negociadas, também contribui para o mercado promissor.

"Geralmente quando você tem alta do Ibovespa, e nós tivemos recorde de pontos, você aumenta o número de aquisições porque as empresas usam suas ações para poder pagar suas aquisições. Atrelado a isso tivemos uma reforma realizada em 2019 que agilizou e desburocratizou as agências reguladoras proporcionando um ambiente regulatório mais propício para a fusão e aquisição que está refletindo agora e deve refletir mais para frente", comentou se referindo à Lei 13.848/2019, conhecida como lei geral das agências reguladoras.

O professor também acredita que a queda da atratividade dos títulos norte-americanos favorece o mercado brasileiro. "O investidor que estava nos Estados Unidos e quer buscar outros investimentos mundo afora, procura novos espaços, favorecendo as fusões e aquisições brasileiras".

Para o professor, se o cenário econômico atual se manter e se consolidar, é bem provável que o volume de transações aumente. "Isso contribui bastante para que empresas e empresários fiquem mais motivados a buscar esse tipo de estratégia como forma de investimento", afirma. %

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

Santander — **SOLD LEILÕES**

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 27 de setembro de 2024, a partir das 10h50min
2º LEILÃO: 30 de setembro de 2024, a partir das 14h50min (*horário de Brasília)

Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, 1177 – Jardim Elisa – Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do instrumento particular com eficácia de escritura pública, nº 0010342102, firmado em 27/10/2022, com o(s) **Fiduciante(s) ANA PAULA SILVA**, maior, inscrito no CPF n° 013.289.836-50, no dia **27 de setembro de 2024, a partir das 10h50min** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 300.000,00 (Trezentos mil reais)**, o imóvel matriculado sob n° 52.964 do Oficial de Registro de Imóveis de Esmeraldas/MG, constituído pela Casa 02 situada na Rua Raposos, nº 145, Condomínio Residencial Salentein, Bairro São Pedro, em Esmeraldas/MG, com área construída de 68,50m², área livre de 178,70 m², vaga de estacionamento, área total real de 247,20 m², fração ideal de 0,5000 do lote nº 19, da quadra nº 63, com a área de 494,40m². Cadastro Municipal: 01.080.063.0319.001. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.07 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. Recai sobre o imóvel ação 5002734-15.2024.8.13.0241. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **30 de setembro de 2024, a partir das 14h50min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 285.989,39 (Duzentos e oitenta e cinco mil, novecentos e oitenta e nove reais e trinta e nove centavos)**, nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). **O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a)**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) **hora do início do leilão**. **Outras informações no site do leiloeiro(a)**: Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) ou telefone (11) 4950.9602 ou e-mail imoveis.sac@superbid.net. (Dossiê 02.22588).

FAEMG SENAR — **ADVOGADO 1 VAGA**

Local de Trabalho: BELO HORIZONTE/MG

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Minas Gerais - SENAR AR/MG (Senar Minas), torna pública a abertura do processo seletivo para o cargo de **ADVOGADO - 1 vaga (Belo Horizonte)**, conforme previsto no **Anúncio de Vaga nº 18/2024**. As inscrições deverão ser realizadas através do cadastro de informações no site www.vagasdoagro.org.br, **de 14/09/2024 à 23/09/2024**. As informações sobre a vaga, requisitos e etapas do processo seletivo estão disponíveis no site vagas do Agro e no link: http://www.sistemafaemg.org.br/noticias/oportunidades-de-trabalho.

MWL PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ nº 54.474.566/0001-84
ATA DE DECISÃO DO SÓCIO REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2024

1. Data, horário e local: Realizado no dia 02 de setembro de 2024, às 10:00 horas, na sede da sociedade. **2. Presença:** Presença do único sócio, representando a totalidade do capital social. **3. Decisão tomada:** O sócio aprova a redução do capital social, no valor de R$400.000,00, por ser esse montante excessivo em relação ao objeto da sociedade, com base no permissivo legal art. 1.082, inciso II do Código Civil. Assim, o capital social da sociedade passará de R$1.276.767,00 para R$876.767,00, dividido em 876.767 quotas, com valor nominal de R$1,00 cada. **4. Encerramento**: Ata, a qual, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **Walter Rodrigues Júnior** – sócio e presidente da mesa. **Renata Ferraz Ceglia** – secretária.

O **Instituto Ramacrisna**, por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMMAD, torna público que foi concedida através do Processo Administrativo N°28.362/2024, a Licença Ambiental Simplificada – LAS nº 163/2024 – Classe 0, para a atividade de Construção civil para edificação – S-01-18-00, localizada na Rua Porto Alegre, s/n, Santo Afonso, Betim /MG.

AVISO DE LICITAÇÃO – REPUBLICAÇÃO*
Ministério Público de Minas Gerais
Procuradoria-Geral de Justiça
Licitação no site www.compras.mg.gov.br
Número do processo: 219 / **Ano**: 2024
Unidade: 1091012
Processo SEI: 19.16.3907.0070458/2024-60
Objeto: Prestação de serviços de locação veicular, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Modalidade: Pregão Eletrônico
Recebimento das propostas: **até às 10 horas do dia 01/10/2024**.
Início da disputa de preços: **às 10 horas do dia 01/10/2024**.
Disposições Gerais: O edital e seus anexos estão disponíveis para consulta e download no site www.mpmg.mp.br. Demais informações: de 2ª a 6ª feira, das 9 às 18h, pelos telefones: (31) 3330-8128 e 3330-8129, ou pelo e-mail dgcl@mpmg.mp.br.
Belo Horizonte, 13 de setembro de 2024.
Dariana Augusta de Toledo Patrocínio
Diretora de Gestão de Compras e Licitações
* Republicado devido à necessidade de atualização de especificações do objeto.
Houve alteração de datas.

EDITAL DE CITAÇÃO 27ª. Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte - MG. Edital de Citação prazo de 20 dias. O MM. Juiz de Direito Cássio Azevedo Fontenelle da 27ª. Vara Cível desta Comarca, na forma da lei, etc., faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo e respectiva Secretaria, tramitam os autos da ação de Execução Por Título Extrajudicial nº 5146396-48.2020.8.13.0024, que a Exequente: SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE - CNPJ -01.685.053/0001-56 move contra: SUPERA SERVICOS DE GESTAO EM ADMINISTRACAO E TERCEIRIZACAO EIRELI – EPP - CNPJ - 14.202.845/0001-74 . A parte exequente ajuizou a presente ação, alegando ter celebrado contrato de prestação de serviços de seguro saúde com a executada, referente ao plano Exato Empresarial/PME Trad. 15 AHO QP, com registro na ANS, através da proposta nº 25510463, acostada aos autos, convolando na apólice nº 195253337. O contrato firmado estabelecia a necessidade de pagamento do valor mensal de R$ 8.368,19 (oito mil e trezentos e sessenta e oito reais e dezenove centavos) concernente ao prêmio saúde, com vigência mínima conforme cláusula do contrato (manual do usuário). Aduz, ainda a parte exequente que referido contrato, atribuiu à executada a responsabilidade quanto ao pagamento dos prêmios mensais, através dos boletos emitidos pela exequente. Ocorre que a relação contratual convencionada entre as partes fora maculada, uma vez que a executada não honrou com sua obrigação, deixando de promover o pagamento devido (Dezembro/2019). Afirma também que a inadimplência da executada se manteve no mês de Janeiro de 2020, perfazendo em 16/12/2019 um débito decorrente de título de obrigação certa, liquida e exigível (prêmio de seguro saúde, vencido e não pago), atribuindo à causa o valor de R$ 19.217,26 (dezenove mil e duzentos e dezessete reais e vinte e seis centavos). Estando a executada SUPERA SERVICOS DE GESTAO EM ADMINISTRACAO E TERCEIRIZACAO EIRELI – EPP - CNPJ - 14.202.845/0001-74, em local incerto e não sabido, tem o presente edital a finalidade de citá-la, para todos os termos da presente ação e para efetuar o pagamento da dívida acima apontada no prazo de 03 dias, nos termos do art. 829, do CPC. O pagamento do débito poderá ser parcelado em até seis parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, na forma do art. 916 do CPC. Os embargos poderão ser opostos, independentemente de penhora no prazo de 15 dias. Advirta-se que em caso de ausência de manifestação da executada, fica nomeada, desde já, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais como curadora especial, nos termos do artigo 72, II, do CPC. E, para constar, expediu-se o presente edital, que deverá ser publicado por 3 (três) vezes no espaço de 15 (quinze) dias as três publicações, uma vez no Diário Judiciário Eletrônico e pelo menos duas vezes em jornal de circulação local, e, que será afixado no local de costume neste foro. Belo Horizonte, aos 5 de setembro de 2024. K-14e17/09

---

ipsemg

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG

Aviso de Abertura de Licitação

Pregão Eletrônico nº 2012015.135/2024. Objeto: Aquisição de colposcópios, sob a forma de entrega integral. Data da sessão pública: 26/09/2024, às 09h00m (nove horas), horário de Brasília - DF, no sítio eletrônico **www.compras.mg.gov.br**. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras do estado de Minas Gerais e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. O edital poderá ser obtido nos sites **www.compras.mg.gov.br** ou PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas. Belo Horizonte, 13 de setembro de 2024. Marci Moratti Cardoso Anselmo – Gerente de Compras e Contratos do IPSEMG.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA CONFEDERACAO BRASILEIRA DE MUSCULAÇAO E FISICULTURISMO - CBMF

O **Presidente da CONFEDERACAO BRASILEIRA DE MUSCULAÇAO E FISICULTURISMO - CBMF,** pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob nº 48.606.098/0001-07, com sede na Avenida Raja Gabaglia, nº 4859, Santa Lúcia, Belo Horizonte, MG, CEP 30.360-663, representada por seu presidente, Wander José Pereira, brasileiro, professor, casado, CPF 924.818.416-20, , atletas para a Assembleia Geral Extraordinária para ***ELEIÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO DE ATLETAS,*** a ser realizada no dia 23 de setembro de 2024, em primeira convocação às 10h00 e, em segunda e última convocação, se necessário, às 14:00 horas. A Assembleia Geral Extraordinária ocorrerá de forma telepresencial, por meio da plataforma Google Meet, com link de acesso e instruções que serão oportunamente disponibilizados pela secretaria por e-mail às entidades filiadas e aos membros da Comissão de Atletas. A Assembleia será realizada em conformidade com as disposições do Estatuto da Confederação Brasileira de Musculação e Fisiculturismo (CBMF) e terá a seguinte ordem do dia:**eleição do Colegiado de Atletas. INFORMAÇÕES ADICIONAIS:** O registro de candidatura deverá ser realizado no email: juntamente com cópia do seu documento de identidade,dodia20/09/2024atéàs17h(horáriodeBrasília), indicando expressamente modalidade na qual esteja registrado na CBMF. Art.2º - Ascandidaturasdevemobedecer aosseguintes requisitoscumulativos: **a)** Teremoscandidatosmaisde 21(vintee um)anos completos; **b)** Não estar cumprindo qualquer penalidade de suspensão imposta pelos órgãosda justiça desportiva e antidoping.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2024
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE MUSCULAÇÃO E FISICULTURISMO (CBMF)

LICENÇA AMBIENTAL

ALEXANDRE SANTOS AVELAR, responsável pelo empreendimento denominado **ASATEC USINAGEM BRASIL LTDA** localizado na Rua Gracyra Resse de Gouveia, nº 185, Bairro Distrito Industrial Jardim Piemont, Betim/MG, por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, torna público que foi concedida através do processo administrativo nº 36.339/2023, a Licença Ambiental, para a atividade de serviços de usinagem, manutenção e reparação de maquinas e ferramentas, fabricação de ferramentas ambiental.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA

Resultado de licitação e extrato da Adjudicação e Homologação. O Pregão Eletrônico nº 153-2024 foi adjudicado e homologado. Maiores detalhes no PNCP, nos sites **https://www.gov.br/compras/pt-br** e **www.itauna.mg.gov.br.** O resultado na íntegra pode ser conferido pelo link **https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=98467505901532024** –OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de sonda uretral, conforme descritivo do Termo de Referência, tendo como critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM.



FRANCO LEILÕES — **inter**

LEILÃO DE IMÓVEL
Av. Barão Homem de Melo, 2222 - Sala 402
Bairro Estoril - CEP 30494-080 - BH/MG
ONLINE

1º LEILÃO: 24/09/2024 - 11:00h - 2º LEILÃO: 25/09/2024 - 11:00h

EDITAL DE LEILÃO

Fernanda de Mello Franco, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, devidamente autorizada pelo credor fiduciário abaixo qualificado, ou sua Preposta registrada na JUCEMG, **Cássia Maria de Melo Pessoa,** CPF: 746.127.276-49, RG: MG-2.089.239, faz saber que, na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-lei nº. 21.981/32 levará a LEILÃO PÚBLICO de modo o**nline** o imóvel a seguir caracterizado, nas seguintes condições. **IMÓVEL**: Casa nº 121 da rua Raul Pompeia, Belo Horizonte/MG, com todas as suas instalações, benfeitorias e pertences, e seu respectivo terreno, com a área de 171,00m². Imóvel objeto da Matrícula CNM: 041707.2.0011512-76 trasladada da Matrícula nº 11.512 do 4º Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte/MG. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. Obs.: Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. **DATA DOS LEILÕES**: **1º Leilão: dia 24/09/2024, às 11:00 horas, e 2º Leilão dia 25/09/2024, às 11:00 horas. LOCAL: Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG. DEVEDORES FIDUCIANTES**: FABRICA DE ROUPAS SABA LTDA, CNPJ: 17.161.423/0001-96, rua Horta Barbosa, 466, bairro Renascença, Belo Horizonte/MG, CEP: 31140-260. **REPRESENTANTES LEGAIS:** VICTOR DE ALMEIDA SABA, brasileiro, administrador, solteiro, nascido em 29/04/1967, RG: M3474017 SSP/MG, CPF: 761.937.306-30, e ADRIANA DE ALMEIDA SABA, brasileira, administradora, solteira, nascida em 03/01/1966, RG: M-3.355.683 SSP/MG, CPF: 739.994.316-87 residentes e domiciliados à Rua Américo Werneck, 705, bairro Mangabeiras, Belo Horizonte/MG, CEP: 30210-370. **CREDOR FIDUCIÁRIO**: *Banco Inter S/A, CNPJ: 00.416.968/0001-01*. **DO PAGAMENTO**: O pagamento integral da arrematação deverá ser realizado em até 24 horas, mediante depósito via TED, na conta do comitente vendedor a ser indicada pelo leiloeiro. **DOS VALORES**:**1º Leilão: R$ 1.756.692,37 (um milhão, setecentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e noventa e dois reais e trinta e sete centavos) 2º leilão: R$ 1.166.887,26 (um milhão, cento e sessenta e seis mil, oitocentos e oitenta e sete reais e vinte e seis centavos),** calculados na forma do art. 26, §1º e art. 27, parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela nº 14.711/2023. Os valores estão atualizados até a presente data podendo sofrer alterações na ocasião do leilão. **COMISSÃO DO LEILOEIRO:** Caberá ao arrematante, o pagamento da comissão do leiloeiro, no valor de 5% (cinco por cento) da arrematação, a ser paga à vista, no ato do leilão, cuja obrigação se estenderá, inclusive, ao(s) devedor(es) fiduciante(s), na forma da lei. **DO LEILÃO ONLINE:** O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) das datas, horários e local de realização dos leilões para, no caso de interesse, exercer(em) o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023.Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão cadastrar-se no site **www.francoleiloes.com.br** e se habilitar acessando a opção "Habilite-se", com antecedência de 01 hora, antes do início do leilão, enviando os documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica, com exceção do(s) devedor(es) fiduciante(s), que poderá(ão) adquirir o imóvel preferencialmente em 1º ou 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício da preferência, antes da arrematação em leilão. **OBSERVAÇÕES:** O(s) interessado(s) deverá(ão), sob pena de desfazimento do negócio: (i) estar com seu CPF /CNPJ em situação regular junto à Receita Federal do Brasil; (ii) não possuir restrições de crédito; (iii) ter conhecimento e observar os ditames da Lei nº 9.613/1998, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como dos normativos do Banco Central do Brasil que tratam do assunto, inexistindo em seu nome qualquer restrição relativa à matéria. O arrematante será responsável pelas providências de desocupação do imóvel, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. O(s) imóvel(i)s será(ão) vendido(s) no estado em que se encontram física e documentalmente, em caráter "ad corpus", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e as fotos dos imóveis divulgadas são apenas ilustrativas. Dessa forma, havendo divergência de metragem ou de área, o arrematante não terá direito a exigir do VENDEDOR nenhum complemento de metragem ou de área, o término da venda ou o abatimento do preço do imóvel, sendo responsável por eventual regularização acaso necessária, nem alegar desconhecimento de suas condições, eventuais irregularidades, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização, devendo as condições de cada imóvel ser prévia e rigorosamente analisadas pelos interessados. Correrão por conta do arrematante, todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, tais como, taxas, alvarás, certidões, foro e laudêmio, quando for o caso, escritura, emolumentos cartorários, registros etc. Todos os tributos, despesas e demais encargos, incidentes sobre o imóvel em questão, inclusive encargos condominiais, após a data da efetivação da arrematação são de responsabilidade exclusiva do arrematante**. A concretização da Arrematação será exclusivamente via Ata de Arrematação. Sendo a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 90 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida *due diligence* no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leiloeiro e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transitada em julgado, não enseja ao arrematante o direito à desistência da arrematação.** O proponente vencedor por meio de lance on-line, terá prazo de 24 horas, depois de comunicado expressamente do êxito do lance, para efetuar o pagamento, exclusivamente por meio de TED e/ou cheques, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. O não pagamento dos valores de arrematação, bem como da comissão do(a) Leiloeiro(a), no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas da arrematação, configurará desistência ou arrependimento por parte do(a) arrematante, ficando este(a) obrigado(a) a pagar o valor da comissão devida o(a) Leiloeiro(a) (5% - cinco por cento), sobre o valor da arrematação, perdendo a favor do Vendedor o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do lance ou proposta efetuada, destinado ao reembolso das despesas incorridas por este. Poderá o (a) Leiloeiro(a) emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Ao concorrer para a aquisição do imóvel por meio do presente leilão, ficará caracterizada a aceitação pelo arrematante de todas as condições estipuladas neste edital. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Maiores informações: (31)3360-4030 ou pelo e-mail: contato@francoleiloes.com.br. Belo Horizonte/MG, **09/09/2024.**

www.francoleiloes.com.br Ligue para: **(31) 3360-4030**

ABB ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 00.716.185/0001-35

BALANÇO PATRIMONIAL		
ATIVO	**(Em R$) - 2023**	**(Em R$) - 2022**
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	6.985.078,62	198.151,80
Total do Ativo Circulante	**6.985.078,62**	**198.151,80**
NÃO CIRCULANTE		
Outros ativos não circulante	360,00	-
Investimentos	47.059.706,08	48.665.196,65
Participações em SCP's	2.058.000,00	
Imobilizado	4.087.896,16	3.916.906,96
Total do Ativo Não Circulante	**53.205.962,24**	**52.582.103,61**
TOTAL DO ATIVO	**60.191.040,86**	**52.780.255,41**
PASSIVO	**2023**	**2022**
CIRCULANTE		
Fornecedores	126.850,47	5.200,42
Obrigações e encargos	409,20	375,72
Obrigações fiscais	30.621,31	9.483,03
Outras obrigações	1.174,80	1.337,18
Total do Passivo Circulante	**159.055,78**	**16.396,35**
PATRIMÔNIO LIQUIDO		
Capital social subscrito	8.902.480,00	8.902.480,00
Reserva legal	1.780.496,00	1.780.496,00
Lucros acumulados	49.349.009,08	42.080.883,06
Total do Patrimônio Liquido	**60.031.985,08**	**52.763.859,06**
TOTAL DO PASSIVO	**60.191.040,86**	**52.780.255,41**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	**(Em R$) - 2023**	**(Em R$) - 2022**
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	591.094,01	389.029,65
Deduções da receita bruta	- 21.574,94	- 14.199,58
RECEITA LIQUIDA	**569.519,07**	**374.830,07**
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	**569.519,07**	**374.830,07**
DESP./REC. OPER		
Despesas administrativas	- 150.098,16	- 235.926,77
Despesas comerciais	-	-
Despesas tributárias	-	-
Receitas financeiras Liquida	170.246,57	28.788,86
Resultados em participações	19.943.000,00	4.970.000,00
Equivalência Patrimonial	- 1.605.490,57	17.558.038,45
LUCRO OU PREJ OPERACIONAL	**18.927.176,91**	**22.695.730,61**
DES/REC NÃO OPERACIONAL		
Receita não Operacional	-	157.566,12
RESULTADO BRUTO	**18.927.176,91**	**22.853.296,73**
IRPJ	- 55.036,50	- 22.842,09
CSLL	- 27.160,31	- 13.705,25
RESULTADO LÍQUIDO	**18.844.980,10**	**22.816.749,39**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

	Capital Social	**Reserva Dividendos**	**Reserva Legal**	**Lucros Acumulados**	**Total**
Em 31 de Dezembro de 2022	**8.902.480,00**	**0,00**	**1.780.496,00**	**42.080.883,06**	**52.763.859,06**
Resultado do Exercício	-	-	-	18.844.980,10	-
Lucros Distribuidos	-	-	-	-11.576.854,08	-
Em 31 de Dezembro de 2023	**8.902.480,00**	**0,00**	**1.780.496,00**	**49.349.009,08**	**60.031.985,08**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1. CONTEXTO OPERACIONAL: ABB ADMINISTRADORA DE IMOVEIS S/A, localizada em Belo Horizonte, tem como objeto social a administração de imóveis próprios e a participações em outras empresas. 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09 e em conformidade com a NBCT 1941 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: (a) Apuração de resultados: Receitas e Despesas foram apropriadas pelo regime de competência e os impostos apurados pelo regime de caixa, conforme legislação vigente. (b) Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

R$	**2022**	**2023**
Trena Terraplenagem e Construções S.A.	45.969.839,48	44.410.507,30
Minas Brasilia Consultoria e Serviços Ltda	2.695.357,17	2.649.198,71
	48.665.196,65	**47.059.706,01**

Belo Horizonte, 31 de Dezembro de 2023
Elisa Rodrigues de Paula Bouissou - Diretora / **Cibele Cardoso Renault** - Contador CRC-MG 124.929

---

vallourec

VALLOUREC FLORESTAL LTDA.
CNPJ/MF nº 60.874.005/0001-75
NIRE 312.029.545-74

52ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

VALLOUREC TUBOS DO BRASIL LTDA., com sede na Rodovia BR 040 – KM 562,5 s/nº, Parte Caixa Postal 3243, Brumadinho/MG, CEP 35460-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.170.150/0001-46, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob o nº 58.486, em 18 de setembro de 1952, NIRE nº 312.110.273-54, neste ato representada por seus representantes: Srs. MÁRCIO ADRIANI PIRES DAMAZIO, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob o nº *.034.336-**, Carteira de Identidade nº *229** SSP/MG e JUN MUTÓ, japonês, casado, geólogo, inscrito no CPF sob o nº *.943.752-** e portador da Carteira de Identidade nº *573**, ambos com escritório na Avenida Olinto Meireles, nº 65, Barreiro de Baixo, CEP 30640-010, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; e **VALLOUREC TUBES**, sociedade existente de acordo com as leis da França, com sede na França, em Meudon, 12, Rue de La Verrerie, 92190, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.470.466/0001-74, neste ato representada por seu procurador, Sr. Anri Pereira Vilela, brasileiro, casado, advogado, OAB/MG 80.794, CPF *.692.586-**, com escritório em Belo Horizonte/MG, na Avenida Olinto Meireles, nº 65, Barreiro de Baixo, CEP 30640-010; atuais e únicas sócias da sociedade limitada denominada **VALLOUREC FLORESTAL LTDA.**, com sede em Curvelo/MG, na Rua Honduras, nº 78, Bairro Vila de Lourdes, CEP 35.796-492, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob nº 358.365, em 5 de março de 1987, e a 46ª e última alteração contratual arquivada sob nº 8331532, em 28/01/2021, na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, NIRE 312.029.545.74 (a "Sociedade"), resolvem, de comum acordo, alterar o contrato social, nos seguintes termos e condições: **I – Redução do Capital Social** I.1 As sócias decidem reduzir o Capital Social da Sociedade na quantia de R$110.000.000,00 (cento e dezmilhões de reais), com a extinção de 110.000.000 (cento e dez milhões) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada razão pela qual o Capital Social passará a ser igual a R$90.000.000,00 (noventa milhões de reais), dividido em 90.000.000 (noventa milhões) cotas, de valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada I.2 A quantia de R$110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais), equivalente às 110.000.000 (cento e dez milhões)quotas extintas do capital social da Sociedade, será restituída à Sócia Vallourec Tubos do Brasil mediante pagamento em moeda corrente, operando-se até o dia 20 de dezembro de 2024, sendo certo que será restituído à Sócia Vallourec Tubos do Brasil LTDA o valor de R$110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais). I.3 A redução de capital aprovada no presente ato somente se tornará eficaz após o prazo de 90 (noventa) dias de sua publicação, desde que não haja impugnação da referida redução por eventuais credores quirografários da Sociedade, conforme disposto no artigo 1.084 do Código Civil.I.4 Em virtude da alteração descrita no item I.1 acima, a redação do art. 5º do Contrato Social passa a vigorar da seguinte forma:"**Art. 5º -CAPITAL***:* O Capital Social é de R$90.000.000,00 (noventa milhões de reais), dividido totalmente subscrito e integralizado, dividido em 90.000.000 (noventa milhões) cotas, de valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, distribuídas entre os sócios conforme segue:

Sócias	***Nº de Quotas***	***Valor em Reais (R$)***
Vallourec Tubos do Brasil LTDA.	*89.999.998*	*89.999.998,00*
Vallourec Tubes	*2*	*2,00*
Total	90.000.000	90.000.000,00

Parágrafo único. A responsabilidade das sócias é restrita ao valor de suas quotas, mas todas respondem solidariamente pela integralização do capital social. "**II–DISPOSIÇÕES FINAIS** II.1 Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Social da sociedade e alterações posteriores, não abrangidas pelo presente instrumento, permanecem inalteradas e em vigor. E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam a presente 52ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da Vallourec Florestal Ltda., em 1 (uma) via original.



Governo e Congresso defendem medidas contra queimadas

MEIO AMBIENTE Propostas que devem ser apresentadas até mesmo por ruralistas visam aumentar as punições à prática no País

Brasília - O grande aumento das queimadas no País, principalmente nos meses de agosto e início de setembro, fez com que o Congresso e o governo federal passassem a defender um aumento das punições a quem faz isso ilegalmente, com os dois Poderes avaliando propostas e iniciativas para inibir a prática.

Enquanto o governo ainda estuda ideias para aumento das punições, mesmo com dúvidas sobre sua eficácia, parlamentares pretendem pautar em breve propostas que aumentem a pena para incêndios criminosos em áreas de florestas ou rurais para seis a dez anos de prisão.

O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Pedro Lupion (PP-PR), afirma que o governo nem sequer precisa apresentar uma nova proposta porque deputados da bancada ruralista já tem três projetos prontos contra as queimadas criminosas, inclusive tornando em alguns casos o delito inafiançável.

"Os maiores prejudicados com as queimadas são os produtores rurais", argumentou ele, ao chamar de "sandice" quem acha que o agronegócio se beneficia disso. Ele citou o prejuízo com a queima de lavouras de cana-de-açúcar em São Paulo, estimado em R$ 1 bilhão, com a vegetação demorando cinco anos para ser recuperada.

Lupion disse ainda que a bancada tentou na quinta-feira (12) votar um requerimento de urgência de alguma das propostas, mas não conseguiram. Na próxima sessão, vão tentar novamente -- esse expediente da urgência permite que a proposta vá diretamente para votação em plenário, pulando a fase das comissões.

De maneira geral, as duas primeiras propostas aumentam a pena para incêndio em florestas e vegetações de dois a quatro anos de prisão para seis a dez anos; a terceira prevê um aumento de pena em até um terço se ela se espalhar por áreas urbanas ou rurais de mais um município.

Confisco - No governo, a própria ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, já afirmou que são analisadas propostas não apenas de aumento da pena, mas que incluem ainda o confisco de terras de proprietários considerados culpados pelas queimadas ilegais.

O secretário extraordinário de Controle do Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente, André Lima, defende que as propostas são importantes por ter um efeito dissuasório na conduta. Contudo, o maior problema é se comprovar o nexo causal do crime -- a ligação entre o que foi feito e o resultado.

A pena, mesmo elevada, não poderia ser aplicada se não houver uma prova material da autoria pelo do proprietário ou posseiro que colocou fogo acidental ou proposital, ou então um flagrante, que é muito difícil nesses casos.

"Mesmo que o próprio proprietário ou posseiro coloque fogo, acidental ou proposital, se não provarmos a autoria, o que é muito difícil se não há flagrante, a pena de dez anos não vai ser aplicada", disse Lima.

Segundo o Mapbiomas, a área queimada somente em agosto no País é equivalente a de todo o Estado da Paraíba ou da Costa Rica. **(Reuters)**



Queima de lavouras de cana-de-açúcar em São Paulo causou prejuízo de aproximadamente R$ 1 bilhão FOTO: JOEL SILVA / REUTERS

"De maneira geral, as duas primeiras propostas aumentam a pena para incêndio em florestas e vegetações de dois a quatro anos de prisão para seis a dez anos"



Lima aponta a dificuldade em conseguir prova material do crime para aplicar as punições FOTO: ANA ROSA ALVES / MMA

Executivo estuda formas de aumentar as punições

Em outra frente, o governo federal -- que tem sido cobrado pelo Supremo Tribunal Federal a ampliar suas ações após o fogo se alastrar pelo Pantanal e pela Amazônia -- estuda uma forma de aumentar as punições para quem causar incêndios ilegais em áreas de floresta disseram à Reuters fontes que acompanham o tema, mas a discussão levanta dúvidas ainda sobre a eficácia das medidas.

As discussões ainda são muito incipientes, relataram as fontes, e há dúvidas sobre o que poderia ser mais eficaz para de fato tentar reduzir esse tipo de crime, que vem crescendo no país

"Ainda está em estudo, não tem nada substancial ou concreto ainda. As áreas técnicas ainda vão se reunir ainda para uma discussão preliminar", disse uma fonte do Planalto.

Vários setores do governo, incluindo a Polícia Federal -- que tem mais de 50 inquéritos abertos para investigar queimadas propositais --, querem punições mais duras.

O diretor de Meio Ambiente e Amazônia da PF, Humberto Freire, defendeu que os crimes ambientais precisam receber o tratamento mais adequado e moderno em razão da gravidade do problema. Segundo ele, "infelizmente" grupos criminosos perceberam a situação, alta lucratividade e baixas penas para esses delitos.

"A gente precisa ter uma legislação moderna, não só penal, mas processual também, porque quando se eleva a punição se acaba dando ferramentas processuais de investigação mais incisivas", disse ele, ao exemplificar que hoje em dia dificilmente um juiz concede uma prisão preventiva numa investigação desse tipo por uma pena baixa.

Para o secretário Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Mario Sarrubo, contudo, uma eventual elevação de pena, por si só, não vai trazer resultados significativos. "O mais importante para os incêndios é reestruturar nossos sistemas de fiscalização", afirmou ele, para quem pedagogicamente não importa o tamanho da multa, mas sim que ela seja aplicada.

Sarrubo afirmou que seria mais eficiente, por exemplo, proibir acesso para quem faz queimadas criminosas a financiamentos estatais ou até mesmo o confisco de terras.

No entanto, as medidas precisam passar pelo Congresso, e uma das fontes avalia que a Legislatura atual tem dificuldades de aprovar medidas que possam penalizar produtores rurais, o que poderia dificultar a aprovação dessas medidas que poderiam ter um impacto mais forte que o próprio aumento da pena. **(Reuters)**

Fogo é usado para desmatar

Brasília - Uma das preocupações é, segundo o Ministério do Meio Ambiente, que os incêndios vêm substituindo o desmatamento puro e simples, mais visado e com punições criminais, administrativas e multas muito mais altas.

Cerceados pela fiscalização, desmatadores estariam colocando fogo em terras para "limpar o terreno" depois de tirar as madeiras nobres. Queimado, o solo é ocupado por gado antes de ser vendido ilegalmente.

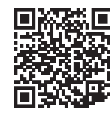
Ao contrário do desmatamento, em que o dono da terra ou o usuário é facilmente identificável e beneficiado diretamente, o que permite a responsabilização facilmente, as queimadas tem uma investigação muito mais complicada. Se um proprietário põe fogo fora do seu próprio terreno, mesmo sabendo que a queimada pode invadir sua área, é difícil de apontá-lo como responsável.

O secretário extraordinário de Controle do Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente, André Lima, explica que, para além do aumento das penas, o governo trabalha para regulamentar o Plano de Manejo Integrado do Fogo, legislação aprovada este ano que pretende prevenir e combater incêndios em áreas sensíveis, mas também regular como as queimas protetivas podem ser usadas e a responsabilidade dos proprietários de terra.

Uma das medidas é prever que donos de terra tomem medidas mínimas, como manter faixas de terra sem vegetação que funcionam como barreiras naturais para impedir a propagação de incêndios, os chamados aceros, o controle do excesso de vegetação seca, um mínimo de equipamentos contra incêndio, o treinamento de funcionários. A previsão é que proprietários rurais precisem ter, como empresas urbanas, o mínimo de condições para combater incêndios.

"Então, o maior problema em relação aos incêndios é a responsabilidade do proprietário ou posseiro em adotar medidas preventivas, preparatórias e estar em condição de fazer o primeiro combate em sua propriedade para evitar que se alastre e se torne um grande incêndio", disse.

"Quem quer vender crédito de carbono florestal ou ter serviço ambiental da floresta contabilizado em sua cadeia produtiva tem que assumir também a responsabilidade em protegê-la, não basta exigir que o Estado o faça", continuou. **(Reuters)**



AGRONEGÓCIO

Minas vai colher 14% a menos de grãos na safra 2023/24

% AGRICULTURA Estimativa foi divulgada pela Conab e volume será de 16 milhões de toneladas; condições desfavoráveis do clima impactaram também montante do País, que terá baixa de 6,7%

MICHELLE VALVERDE

As condições climáticas desfavoráveis fizeram com que Minas Gerais registrasse uma queda de 14% na safra 2023/24 de grãos. Conforme a 10ª Estimativa da Safra de Grãos 2023/2024, divulgada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o Estado foi responsável por um volume de 16 milhões de toneladas. A soja, que é o grão mais cultivado no Estado, ficou com a produção 6,7% menor, somando, assim, 7,79 milhões de toneladas.

Conforme a estimativa, ao longo do ciclo, houve uma redução de 1,9% na área plantada, que somou 4,26 milhões de hectares. A produtividade média estimada para a safra , 3,77 toneladas por hectare, também caiu (12,4%).

A queda também ocorreu em nível nacional. O volume da produção brasileira de grãos atingiu 298,4 milhões de toneladas na safra 2023/2024. O montante representa um decréscimo de 6,7% em relação ao ciclo anterior.

De acordo com a Conab, a diminuição observada se deve, principalmente, à demora na regularização de chuvas no início da janela de plantio, aliada às baixas precipitações durante parte do ciclo das lavouras e às altas temperaturas.

O gerente de Acompanhamento de Safras da Companhia, Fabiano Vasconcellos, disse que a safra 2023/24 foi uma das mais difíceis ao longo dos quase 50 anos de acompanhamento da produção feito pela Conab. "Apesar de ser o último levantamento da safra 2023/24, ainda estão em campo as culturas de terceira safra, parte do algodão e culturas de inverno que terão os dados atualizados até o final da colheita. A redução basicamente ocorreu devido aos problemas climáticos enfrentados ao longo do ciclo", explicou.



Soja, que é o grão mais cultivado do Estado, teve produção 6,7% menor e alcançou 7,78 mi/t FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

> **"A redução basicamente ocorreu devido aos problemas climáticos enfrentados ao longo do ciclo"**
> Fabiano Vasconcellos

Principais grãos - Dentre os grãos mais produzidos, a soja foi o destaque negativo. Ao longo da safra 2023/24, a colheita somou 7,79 milhões de toneladas, representando, portanto, uma retração de 6,7%.

Conforme a Conab, a queda é resultado da menor produtividade, que apresenta diminuição de 10% e rendimento médio de 3,46 toneladas por hectares. A retração se deve ao clima que impactou de forma negativa na produtividade. Quanto à área plantada, a mesma ficou 3,7% maior, somando, então, 2,25 milhões de hectares.

Outro grão amplamente cultivado em Minas, o milho também encerrou o ano safra com queda. A produção total somou 6,12 milhões de toneladas. Dessa forma, houve queda de 22,9%. A menor produção se deve tanto à redução da área cultivada como da produtividade. A produtividade geral da produção de milho caiu 13% e somou 5,3 toneladas por hectare. Já a área total de produção, 1,14 milhão de hectares, retraiu 11,3%.

Ainda sobre a produção mineira do milho, a primeira safra apresentou queda de 24,3%, com a colheita de 3,9 milhões de toneladas. Na segunda, a produção do cereal chegou a 2,2 milhões de toneladas, 20,2% a menos.

Outra cultura cujo rendimento também foi afetado pelo clima foi a de feijão. A safra total do grão encerrou em 518,4 mil toneladas. Tanto na primeira como na segunda safra houve queda no volume. A primeira safra rendeu 206 mil toneladas, representando, assim, um volume 6,4% menor. Na segunda safra de feijão, a queda foi de 12,2%, com a colheita de 152,2 mil toneladas.



Ao contrário das demais culturas, algodão em pluma teve aumento de 27,5% na produção da safra em MG frente ao ciclo anterior FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

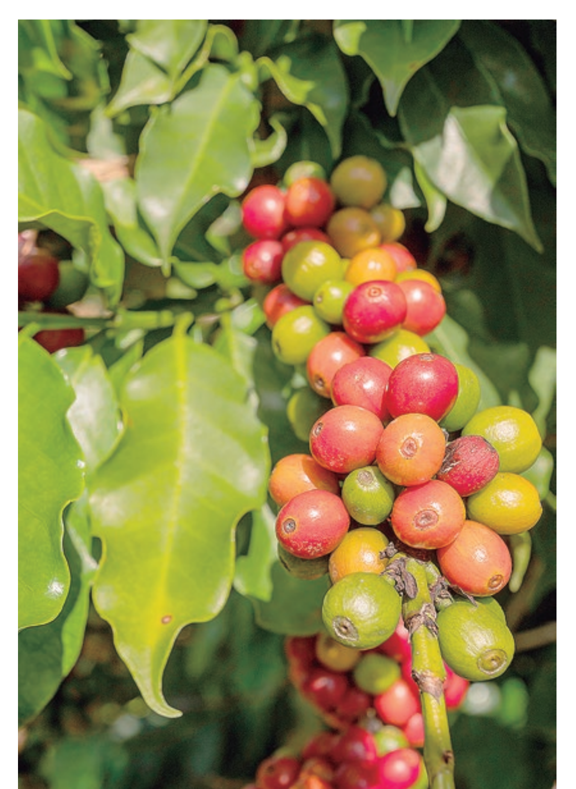
Já a terceira safra do feijão, que é irrigada, manteve a estabilidade. A colheita foi de 159,8 mil toneladas, variação positiva de apenas 0,3%".

Algodão sobe - Ao contrário dos demais grãos, para o algodão em pluma, a estimativa é positiva. A previsão é de um aumento de 27,5% na produção de pluma, chegando a 65,9 mil toneladas.

Conforme a Conab, a área de cultivo está estimada em 32,1 mil hectares, o que gerou uma alta de 24,4%. A produtividade, 2,05 toneladas por hectare, tende a subir 2,5%. %

% PRODUÇÃO GLOBAL

Preço do café dispara com adversidades climáticas



Café arábica, variedade mais suave, atingiu preço mais alto desde 2011, com alta de 4% na sexta-feira FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

Nova York - Os preços do café atingiram máximas de vários anos na sexta-feira (13) na Bolsa Intercontinental, reagindo a uma perspectiva preocupante para a produção global devido a condições climáticas desfavoráveis, segundo especialistas e participantes do mercado.

O café robusta, o tipo amplamente usado para fazer café instantâneo e bebidas de café prontas, subiu para o preço mais alto desde que o contrato começou a ser negociado em 2008, a US$ 5.281 por tonelada métrica. Ele subiu 3,7% na sexta-feira e 10% na semana.

O café arábica, a variedade mais suave preferida pelas cafeterias sofisticadas, como a Starbucks, atingiu o preço mais alto desde 2011, a US$ 2,604 por libra-peso, com alta de 4% na sessão e de 9,9% na semana.

A seca mais severa já registrada no Brasil, o maior produtor mundial, está levantando preocupações sobre a safra de 2025 do país, que é fundamental para o abastecimento global.

"As safras estão realmente estressadas, em condições muito ruins, é triste de se ver", disse o agrônomo de café Jonas Ferraresso, que presta consultoria a fazendas de café em São Paulo e em Minas Gerais.

Ele disse que, mesmo que as chuvas retornem em outubro, levando à fase de floração, as árvores dificilmente terão energia para converter essas flores em frutos.

A instituição de pesquisa de café Fundação Procafé disse, em nota, que é improvável que o Brasil consiga produzir uma grande safra no próximo ano, considerando o estado das árvores.

Vietnã - A situação também é preocupante no Vietnã, o segundo maior produtor do mundo e o maior em robusta. O tufão Yagi deixou centenas de mortos no país e trouxe fortes chuvas para as áreas de café poucas semanas antes do início da colheita. As chuvas podem fazer com que os grãos de café caiam, prejudicando a qualidade, além de atrapalhar as operações de secagem.

O Vietnã poderá ter um clima mais úmido do que o normal nos próximos meses, já que se espera que o padrão climático La Niña se desenvolva.

"O La Niña geralmente traz condições mais secas do que o normal para as regiões cafeeiras do Sudeste do Brasil e condições mais úmidas para as terras altas do Vietnã", disse um corretor de café com sede nos EUA, acrescentando que a combinação era indesejável para ambas as regiões nos próximos meses.

Outras *commodities* - Em outras *commodities* leves, o cacau em Nova York subiu 1,4%, para US$ 7.695 a tonelada. O cacau de Londres ganhou 0,9%, para 5.362 libras por tonelada.

O açúcar bruto de outubro caiu 0,3%, para 19,01 centavos de dólar por libra-peso, enquanto o açúcar branco de outubro subiu 1,6%, para US$ 548,60/tonelada. **(Reuters)** %

NEGÓCIOS

CASACOR Minas termina neste domingo

ARQUITETURA E DESIGN **Mostra se despede de Belo Horizonte com a campanha *special sale* para o público aproveitar peças a preços promocionais**

A 29ª CASACOR Minas Gerais chega ao fim neste domingo (15) depois de uma temporada de sucesso, contabilizando, ao todo, 52 dias de programação. A realização de uma edição da maior mostra de arquitetura, *design* de interiores, paisagismo e arte do Estado envolve a participação de centenas de envolvidos, incluindo empresas, prestadores de serviços e fornecedores, evidenciando a representatividade do evento para o mercado. A cada ano, a mostra é palco para uma série de lançamentos, atraindo a atenção do público e de profissionais do segmento, que precisam estar sempre antenados às novidades que impactam o estilo de morar.

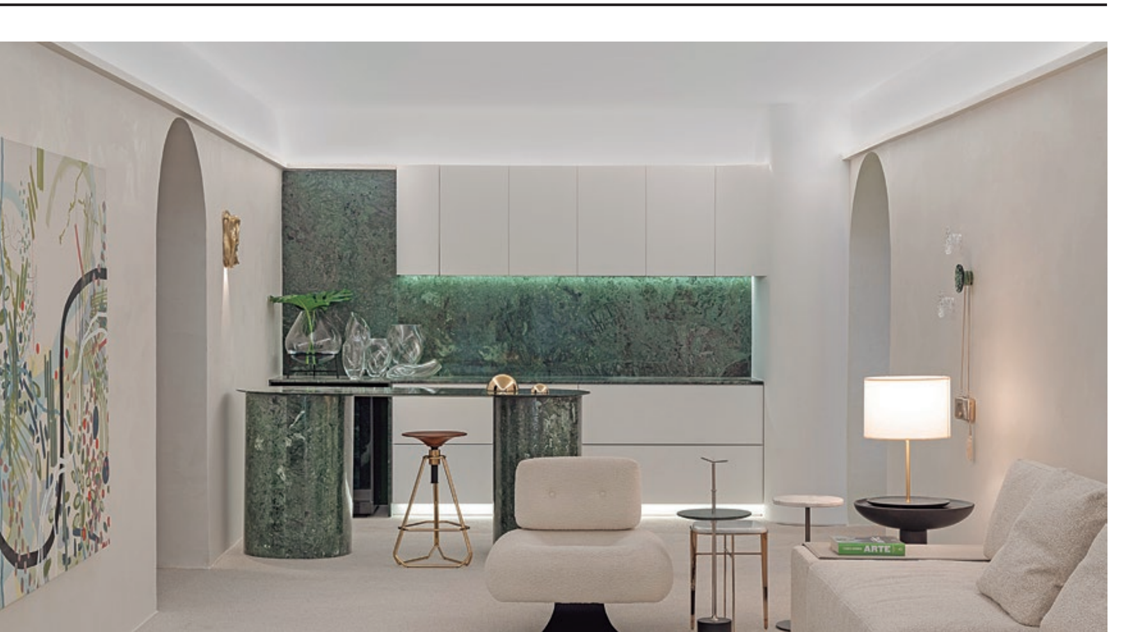
O público que visitar a mostra neste final de semana terá a oportunidade de acompanhar a *special sale*, uma campanha para venda de peças que integram os ambientes desta edição a preços promocionais, oferecendo descontos significativos, que variam de 25 a 70% dos valores praticados pelas lojas. Visitar a CASACOR no último final de semana pode ser uma excelente oportunidade para quem deseja renovar a casa ou adquirir uma peça de design com descontos bem atrativos.

SERVIÇO

29ª CASACOR Minas Gerais

Dia: até 15/09 (domingo)
Endereço: Espaço 356 - Rua Adriano Chaves e Matos, 100 - Olhos D'água
Ingressos disponíveis no site (www.casacor.abril.com.br) ou na bilheteria do evento


Sala do Vinho, criação de Ana Andrea Barra e Gilza Carvalho, é um deleite para amantes da bebida FOTO: DIIVULGAÇÃO / JOMAR BRAGANÇA


Ambiente aconchegante é o que se pode dizer do Lounge Living, de Maria Laura Coelho, que tem o verde muito bem associado ao branco FOTO: DIVULGAÇÃO / N ESTUDIO NY18


A assinatura da Hogar Concept é de Cris Capanema, que usa elementos em tons de bege e marrom FOTO: DIVULGAÇÃO / ESTUDIO NY18


Denise Vilela é o nome que assina o ambiente Estar e Jantar Voktum, que traz peças claras para o bem receber FOTO: DIVULGAÇÃO / JOMAR BRAGANÇA


A cor branca é o mote do Refúgio Gênesis, criação de Isabella Sefisa, que apresenta vários pontos de luz FOTO: DIVULGAÇÃO / ESTUDIO NY18

Responsabilidade social também move propósitos da mostra

A CASACOR Minas está participando da campanha Setembro Dourado, criada com o objetivo de conscientizar a sociedade para a prevenção do câncer infanto/juvenil. Parte das vendas realizadas dentro da campanha de *special sale* será convertida para os projetos realizados pela Casa Aura, que acolhe crianças e adolescentes, com idades entre zero e 17 anos, em tratamento de câncer, doenças hematológicas e em processo de transplantes.

A entidade fundada em 1998 conta uma equipe multidisciplinar de Enfermagem 24 horas, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia, Psicopedagogia, Serviço Social e Fonoaudiologia, além de cerca de 70 voluntários presentes nas atividades diárias da casa, oferecendo todo o suporte necessário para as famílias, acolhendo pessoas de diversas partes do País.

Além disso, a CASACOR Minas firmou mais uma vez uma parceria com O Dia Dia Educação Especializada. Criada em 1995, é uma empresa de prestação de serviços de apoio para jovens e adultos com deficiência intelectual e com o transtorno do espectro do autismo (TEA).

O Programa Trabalho Apoiado em Organizações foi criado pelos gestores do Dia Dia com a finalidade de desenvolver habilidades laborais dos clientes, por meio do desenvolvimento de tarefas produtivas em ambientes organizacionais ou em eventos. Dessa forma, os jovens possuem a oportunidade de desenvolver trabalhos capazes de contribuir para a inserção dos mesmos no mercado de trabalho, possibilitando experiências diversas e complementares ao universo da instituição.

"Essa parceria teve início em 2021 e oportuniza a participação de pessoas com Transtorno do Desenvolvimento Intelectual e Transtorno do Espectro Autista, entendendo como compromisso e responsabilidade social. Por meio de tarefas produtivas em ambiente laboral, formal e natural, focamos nas competências do/a(s) colaborador/a(s) do Trabalho Apoiado. Tem sido, neste tempo, edições e dias incríveis com experiências importantes para o desenvolvimento de habilidades fundamentais para a vida adulta com qualidade, e, o máximo de independência e produtividade", destaca Júnior Ferreira, psicólogo e sócio-diretor do Dia Dia Educação Especializada.

"Visão Experience" - Ao longo da programação, a mostra ainda recebeu outras iniciativas, como a visita com os atendidos pelo Instituto Viva Down, além do "Visão Experience", evento criado pelo Instituto Holofotes, com o objetivo de dar visibilidade às pessoas com deficiência visual e discutir a importância de políticas públicas que ajudem essa parcela da população. A CASACOR já abriga o congresso há três anos, sendo comandado pela jornalista e presidente da instituição, Janaina Barcelos, que tem retinose pigmentar, uma doença ocular hereditária e degenerativa.

A CASACOR Minas Gerais é realizada pela Multicult, e conta com o patrocínio master da Deca. Os fornecedores oficiais desta edição são Coral Tintas, Banco BRB, ArcelorMittal, Divinal e Detronic. O parceiro local de sustentabilidade é a Optpower. Entre os patrocínios locais, estão Ooh Brasil e Espaço 356. A mostra ainda conta com o apoio do Sebrae, Portinari, Mall & Mídia, Guararapes e BH Airport.


Brinquedoteca da Casa Aura é espaço "de respiro" para quem é atendido pela instituição, que acolhe crianças e jovens entre 0 e 17 anos FOTO: DIVULGAÇÃO / AURA


Equipe Dia Dia recebendo visitantes durante a CASACOR Minas, que este ano foi realizada no Espaço 356 FOTO: DIVULGAÇÃO / CASACOR MINAS



Casa Aura vai receber parte das vendas apuradas na *special sale* da CASACOR Minas FOTO: DIVULGAÇÃO / AURA

Trevo prevê faturamento de R$ 400 milhões em 2024

LATICÍNIO **Adquirida pelo grupo alemão Ehrmann em 2023, indústria mineira passou por mudanças estratégicas, lançou produtos e aumentou a capacidade de produção; até 2027, receita deve ir a R$ 1 bilhão**

O setor lácteo brasileiro, terceiro maior produtor mundial de leite, vive um momento de crescimento impulsionado pelo aumento do consumo *per capita* de leite e laticínios. Segundo dados da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), o consumo de leite no Brasil cresceu 3,5% em 2022, alcançando 138,5 litros por pessoa ao ano. O País ainda se destaca como maior produtor de iogurte da América Latina com um consumo de 6,7kg por ano, de acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Essa tendência, aliada à busca crescente por produtos de qualidade e saudáveis, abre um cenário promissor para as empresas do setor. Nesse contexto favorável, a Trevo Lácteos, uma das maiores empresas de laticínios de Minas Gerais, se destaca como um exemplo de sucesso e inovação. Desde a entrada da Erhmann, gigante alemã do ramo de laticínios, que adquiriu 51% da empresa em 2018, a Trevo não para de crescer. No ano passado, quando adquiriu 100% da indústria mineira, a Erhmann investiu pesado em modernização da fábrica, lançamento de novos produtos, expansão da equipe e abertura de novos mercados.

No começo deste ano, a Trevo Lácteos recebeu R$ 100 milhões em investimentos em maquinários, parque fabril, novos produtos e estratégia de expansão para o estado de São Paulo. Até o fim de 2024, a Trevo Lácteos projeta um crescimento de 100% em relação a 2018 e um faturamento que deve chegar a R$ 400 milhões. A meta é de chegar ao faturamento de R$ 1 bilhão até 2027 e se consolidar como uma das maiores do setor no País.

"A parceria com a Erhmann trouxe à Trevo expertise em gestão, tecnologia e inovação. A marca pretende ser uma das maiores do país na sua área de atuação. Estamos levando a Trevo Lácteos para grandes mercados, como o de São Paulo. A Trevo já é parceira do Extra e Assaí no Estado e planejamos crescer ainda mais para estarmos entre os principais players no varejo nacional", comenta o CEO da Trevo Lácteos, Guilherme Gama.



A Trevo atualmente tem capacidade de produção de 5 mil toneladas/mês de leite fermentado FOTO: DIVULGAÇÃO / TREVO LÁCTEOS

Tradição - Com mais de 30 anos de história, a Trevo Lácteos se consolidou como uma das principais empresas de laticínios de Minas Gerais. Fundada em 1986 em Lagoa da Prata, no Centro-Oeste mineiro, a Trevo Lácteos surgiu como uma empresa familiar que apostou na tradição de produção de queijos no Estado.

A Trevo iniciou sua trajetória com uma pequena fábrica que logo se mostrou insuficiente para atender à crescente demanda. A empresa lançou inicialmente a marca Rural e depois a Trevo. Em 2000, expandiu suas operações para a cidade de Sete Lagoas, na região Central de Minas Gerais, onde construiu uma moderna fábrica para produção em larga escala.

"Fundada em 1986 em Lagoa da Prata, no Centro-Oeste mineiro, com mais de 30 anos de história, a Trevo Lácteos se consolidou como uma das principais empresas de laticínios do Estado"

Inovação - Sempre em busca de oferecer sabor e uma excelente experiência sensorial, a Trevo Lácteos foi a primeira indústria a produzir iogurte grego no Brasil, com o lançamento de sua marca Apreciare em 2010. A Trevo também inovou ao trazer para o mercado o skyr, produto lácteo similar ao iogurte, isento de gordura e com poucas calorias, mas com o dobro de proteínas de um iogurte comum. Além disso, foi a primeira a oferecer Kefir, um alimento probiótico que auxilia na flora intestinal.

Com o início da parceria com o grupo alemão Erhmann, a Trevo inicia um salto histórico na sua trajetória. A empresa, que atualmente tem capacidade de produção de 5 mil toneladas/mês de leite fermentado, deve chegar ao final do ano com 6,2 mil toneladas. A previsão é de que até 2026 esse número chegue a 7,5 mil toneladas. A Trevo Lácteos também ampliou seu portfólio de produtos, lançando a linha de sobremesas lácteas com itens como pudim, brigadeiro e beijinho de colher e sobremesa dupla de chocolate.

Assinando as marcas Apreciare, Trevo, Trevinho Kids, Pulsi e Rural, a Trevo oferece ao mercado um mix de mais de cem produtos derivados do leite: iogurtes, bebidas lácteas, leite fermentado, *petit suisse*, requeijão e sobremesas.



Gama: queremos estar entre os *players* do setor FOTO: DIVULGAÇÃO / TREVO LÁCTEOS

Futuro - Atualmente, a Trevo Lácteos está presente em mais de 10 mil pontos de vendas em todo o Sudeste do País, além de Brasília, Goiás, Bahia, Pernambuco e Mato Grosso. Com 55% das suas vendas concentradas em Minas Gerais, a empresa tem planos de expansão para o estado de São Paulo. "A expectativa é ampliar a nossa carteira de clientes, assumir a excelência no atendimento e chegar a 35% das nossas vendas nesta região".

Com a nova gestão, a Trevo traça metas ambiciosas para o futuro. A empresa quer se tornar a quarta maior marca nacional de laticínios nos próximos anos e alcançar R$ 1 bilhão em faturamento. Para isso, a Trevo investirá em pesquisa e desenvolvimento, lançamentos de novos produtos e expansão para outras regiões do País.

LEGISLAÇÃO

Drone pode ser classificado como "Vant" ou "Varp"

O Martinelli Advogados obteve uma vitória inédita no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf) sobre a classificação fiscal de drones como veículos aéreos não tripulados e não como câmeras fotográficas digitais, conforme considerou a Fazenda Nacional.

Com este entendimento a favor do contribuinte, passa a valer a alíquota zero de Imposto de Importação e 10% de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), diferente do que seria cobrado se a mercadoria fosse classificada como câmera fotográfica.

A advogada tributária e sócia do Martinelli, Fernanda Bandinelli Baccim, sustentou no julgamento que o Fisco não poderia contrariar as características técnicas dos drones e as regras estabelecidas pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), que consideram o equipamento como um veículo aéreo não tripulável (Vant) ou veículo aéreo remotamente pilotado (Varp).

"O drone é uma aeronave e a câmera fotográfica é um acessório, de modo que temos que considerar a característica essencial do equipamento que é a de voar", afirma a advogada, ressaltando que a classificação considerada vai ao encontro de regulamentações exigidas para operar drones, incluindo a da Anac, bem como classificações realizadas em outros países.

A divergência em relação à classificação fiscal dos drones se dá em um momento em que cresce a importação desses equipamentos, que estão sendo amplamente utilizados em diversos setores da economia, especialmente no agronegócio. A Receita Federal do Brasil sustentou, no caso, que a classificação mais adequada é como câmera fotográfica digital e não como veículo aéreo remotamente pilotada, o que resulta em uma carga tributária maior.

Fora do âmbito do Carf, já houve uma decisão semelhante na 12ª Vara Cível Federal de São Paulo (TRF da 3ª Região), na qual uma juíza anulou a instrução normativa da Receita Federal que classifica os drones como câmeras fotográficas. A magistrada considerou que a Instrução Normativa RFB 1.747/2017 é ilegal por ignorar a característica essencial do equipamento.

Expo Favela Minas lança luz sobre os "negócios da periferia"

EMPREENDEDORISMO Estado tem mais de 2 milhões de pessoas com esse perfil, que movimentam quase R$ 84 bilhões; edição mineira, mais uma vez, tem proposta de ser zero carbono

DANIELA MACIEL



Termina hoje a 2ª edição da Expo Favela Minas, que busca reverenciar a potência do empreendedorismo realizado nas favelas e periferias do Estado e do Brasil. Com uma intensa programação de palestras, *workshops*, exposições, rodadas de negócios, *pitches* de *startups*, mentorias, debates, cursos, *shows*, filmes, desfiles e outras iniciativas criadas por moradores das favelas de todo o País, o evento acontece na sede do Sebrae Minas, na região Oeste.

De acordo com a diretora da Expo Favela Minas, Marciele Delduque, são esperadas mais de 10 mil pessoas durante os dois dias de evento.

"Celebramos a segunda edição da Expo Favela que ratifica a potência da economia da periferia de Minas Gerais. O Estado tem mais de 2 milhões de pessoas empreendedoras dentro dos territórios periféricos, que já movimentam mais de R$ 84 bilhões com seus negócios", explica Marciele Delduque.

Apoiador institucional do evento, o Diário do Comércio esteve presente no painel "Mudança de Carreira: quando nossas escolhas influenciam e encorajam outras mulheres. É sobre ser o que você quiser ser", com a participação da presidente e diretora editorial, Adriana Muls.

"É uma alegria e orgulho enorme estar aqui. É responsabilidade dos meios de comunicação ampliar o olhar e trazer a potência do coletivo. Quando olhamos para o empreendedorismo periférico ele tem muito a nos ensinar para buscar soluções coletivas para os desafios que enfrentamos como sociedade. O Diário do Comércio está abrindo espaço para falar mais do que de economia, gestão e negócios, estamos aqui para falar sobre o poder do empreendedorismo e a potência dos indivíduos que se juntam em coletivo e provocam a transformação", destaca Adriana Muls.

Fundador da Cufa e CEO da Favela Holding, Celso Athayde escolheu estar em Minas Gerais e pontua a força do evento mineiro.

"A Expo Favela Minas, no ano passado, ficou entre as três maiores e mais potentes Expo Favelas do Brasil. Hoje outros eventos como este estão começando em outras cidades, mas eu precisava estar aqui e ver de perto, mais uma vez, o grande trabalho que os mineiros fazem", afirma Athayde.

Os visitantes da Expo Favela Minas também podem aproveitar uma série de atividades voltadas para o empreendedorismo culinário no Palco Gastronomia e no Cozinha Show. E também atividades como exibição de documentário, contação de histórias e *pitch* literário.

O escritor João Xavier integra o estande "Favela Literária". Lançando o seu terceiro livro de crônicas "O Homem de Calcinhas", ele fala sobre a importância da Expo Favela para que autores e editores independentes tenham acesso ao mercado e dêem visibilidade às histórias da periferia.

"Por meio da 'Favela Literária' podemos apresentar o que as pessoas estão produzindo na periferia, permitindo que elas se movam para o centro da conversa. Isso traz benefícios mercadológicos e enriquecimento cultural", avalia Xavier.

A expositora Lorena Nascimento, pela segunda vez na Expo Favela, começou a empreender a partir de uma máquina de estampar canecas dada de presente pela avó. Hoje ela investe em novas técnicas, nos símbolos ancestrais e na personalização para agradar clientes pessoa-física e corporativos.

"A marca Ametista começou pelo presente da minha avó e, a partir disso, fui investindo mais e hoje faço vários tipos de personalização, como camisetas, *ecobags* e azulejos, por exemplo. O meu tema principal é a ancestralidade porque eu tinha dificuldade de achar produtos com essa estética para o meu dia a dia. Também trabalho com personagens do cinema e da TV, símbolos da cultura mineira, LGBTQIA+, entre outros, para atender à diversidade e criatividade dos clientes. A Expo Favela é uma potência que me ajuda a exercer a minha criatividade, aprender a falar sobre a minha marca e trazer a nossa criatividade e cultura para todo mundo ver. É a favela no asfalto mostrando a nossa potência", completa Lorena Nascimento.

A exemplo da Expo Favela Minas, que, mais uma vez, se apresenta como um evento zero carbono, agir sobre a realidade das periferias e favelas, respeitando e fomentando suas características e potencialidades, significa não apenas apoiar o empreendedorismo periférico e fazer a economia girar mas, também, melhorar e proteger as condições de vida de todos e do próprio planeta.

Tudo isso significa também atender a vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), entre eles:

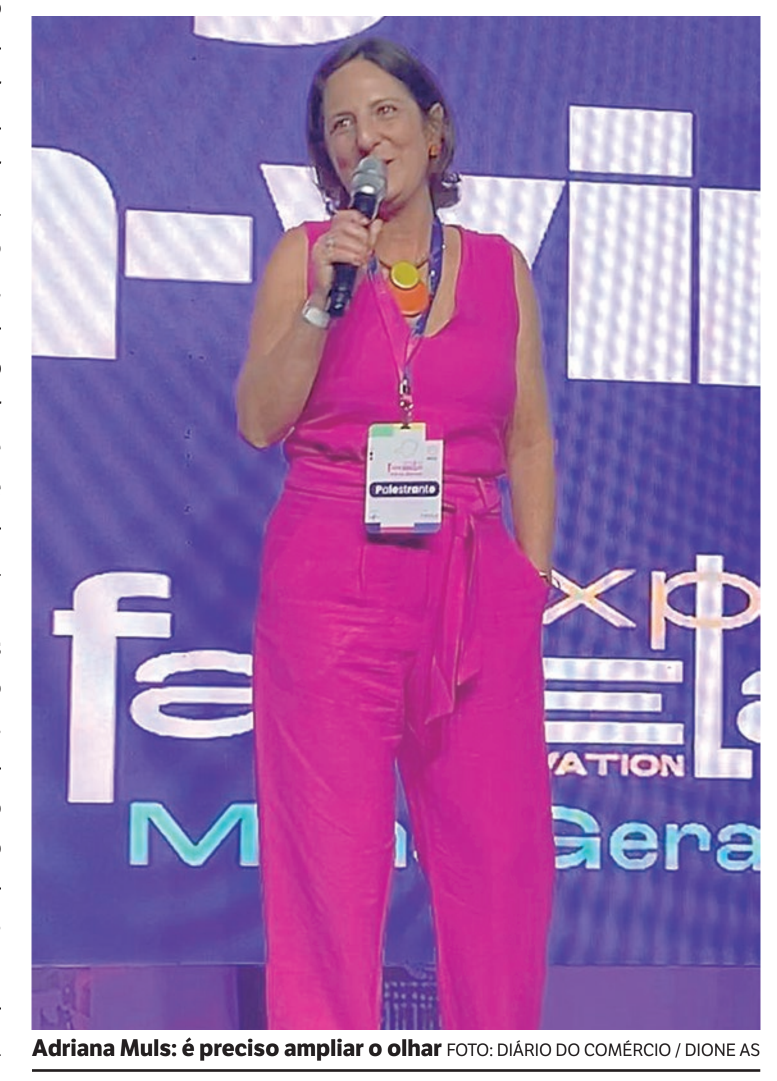
- ODS 1: Erradicação da Pobreza
- ODS 4: Educação de qualidade
- ODS 8: Trabalho decente e crescimento econômico
- ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis
- ODS 13: Ação contra a mudança global do clima
- ODS 16: Paz, justiça e instituições eficazes
- ODS 17: Parcerias e meios de implementação.

Todo esse esforço está alinhado com o Movimento Minas 2032 - pela transformação global (MM 2032). Liderado pelo Diário do Comércio, o MM2032 propõe uma discussão sobre um modelo de produção duradouro e inclusivo, capaz de ser sustentável, e o estabelecimento de um padrão de consumo igualmente responsável, com base nos ODS da Organização das Nações Unidas (ONU), preconizados desde 2015.



A 2ª edição da Expo Favela Minas acontece na sede do Sebrae Minas, na região Oeste da Capital FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / DANIELA MACIEL

> **"Hoje outros eventos como este estão começando em outras cidades, mas eu precisava estar aqui e ver de perto, mais uma vez, o grande trabalho que os mineiros fazem"**
> Celso Athayde



Adriana Muls: é preciso ampliar o olhar FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / DIONE AS

Evento é marcado por inovação consciente em todas as áreas


(*da esq. para dir.*) **Os sócios Luiz Eduardo Martins e Bruno Araújo com a Aqua Soul** FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / DIONE AS

Reconhecido como Empreendedor Top 10 na primeira edição da Expo Favela, no ano passado, Bruno Araújo resolveu criar uma bebida que não desse ressaca, mas que oferecesse a quem degusta o prazer e relaxamento que as bebidas alcoólicas costumam ofertar, em 2021. Assim nascia a "água alcoólica" feita com álcool orgânico.

Este ano, o lançamento, com tiragem inicial de 4 mil unidades, é a garrafa de Aqua Soul, novo nome da bebida, em quatro sabores: *sex on the beach* (releitura do tradicional coquetel), morango e laranja, uva e *blueberry*, guaraná com tangerina e limão siciliano e flor de sal.

"Percebemos que o público consumidor de bebidas alcoólicas tem procurado saber o que consome, quais os ingredientes, quais os dados nutricionais, mas sem deixar de curtir. Criamos um produto orgânico, vegano, sem glúten e sem açúcar. Buscamos não só trazer inovação para o mercado, mas também deixar um legado de educação, com as pessoas entendendo que podem consumir um produto diferente, que tem a característica que ela busca. Agora estamos lançando a garrafa de Água Soul – a água da alma. São mil garrafas de cada sabor. A nossa pegada é um produto refrescante, gaseificado e que traz uma leveza no consumo", explica Araújo.

Impulsionada pela necessidade de ficar em casa para cuidar do filho especial e do marido que havia se descoberto diabético, a cosmetologista Eliane Santos começou a produção caseira de um creme hidratante para tratar os pés. Hoje, a Natural Kosmeticos, no bairro Céu Azul (região da Pampulha), tem uma linha com 10 produtos que vão de sabonetes em barra, hidratante-clareador e até "cheirinho" para papel.

"Todos os produtos da Natural Kosmeticos são veganos, produzidos com extratos vegetais e óleos essenciais. O que começou por uma necessidade hoje se mostra uma oportunidade de negócio para atender um público que se importa com o que usa, que quer saber a procedência das coisas. A natureza nos dá tudo o que precisamos. Somos parte dela, podemos usufruir do que ela nos dá em harmonia, sem precisar destruir nada", analisa Eliane Santos. **(DM)**



No livro são abordadas as formas de construção e revestimentos das paredes, tipos de pisos e pinturas utilizadas FOTO: DIVULGAÇÃO / MIGUEL AUN

Livro que resgata arquitetura da "casa rural" ganha nova edição

TRADIÇÃO Obra resgata modo de construir conservando as características básicas dos imóveis e utilizando equipamentos tradicionais

MICHELLE VALVERDE

As típicas casas rurais mineiras, construídas em harmonia com a natureza, e o tradicional modo de fazer foram retratados pelo economista, produtor cultural e escritor Paulo Rogério Lage e o pedreiro Djalma Pinto de Almeida, no livro "Casa Rural Mineira - Um guia de construção". Na obra, são resgatados o modo de fazer conservando as características básicas dos imóveis e utilizando equipamentos tradicionais.

Conforme Paulo Rogério Lage, a ideia do livro surgiu como uma forma de preservar a construção das casas rurais típicas do interior de Minas Gerais, que são erguidas utilizando materiais locais e em harmonia com a natureza. A concepção do livro contou com a experiência do pedreiro Djalma Pinto de Almeida, já falecido, e que foi responsável por reformar uma casa rural adquirida por Lage em na área rural de Ouro Preto.

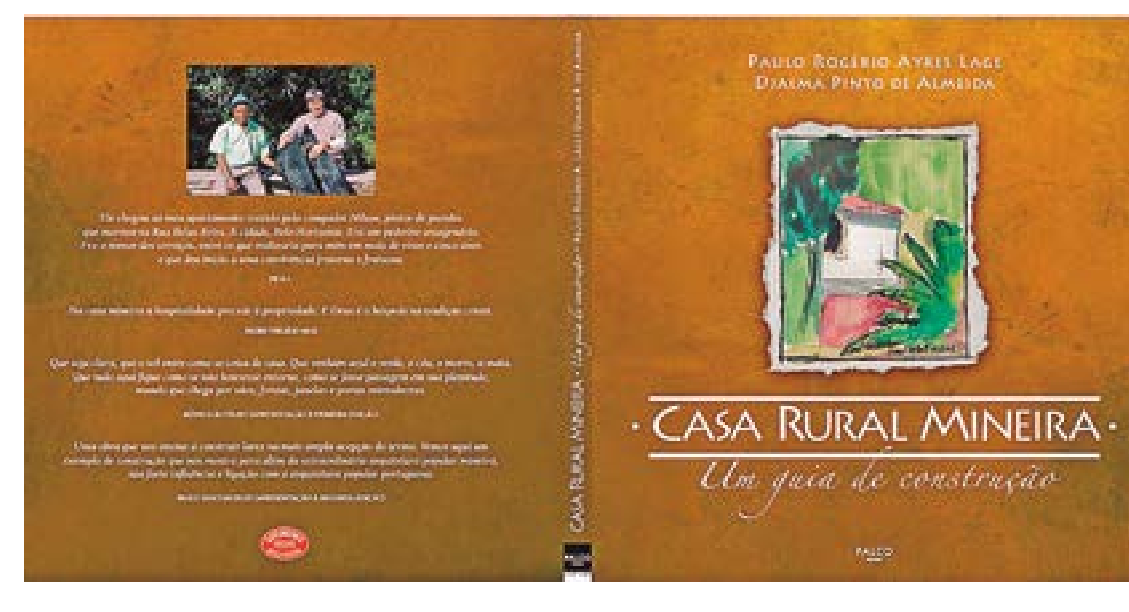
A larga experiência de Almeida na construção ou restauração das singelas casas mineiras, preservando a "Arquitetura da Roça", hoje serve de guia para quem quer construir ou reformar uma casa tradicional rural.

"Eu escrevi o livro, mas o conhecimento para a composição foi passado pelo Djalma, um mestre de obras que trabalhou em muitas fazendas do interior. Eu comprei uma casinha rural pequenininha e fui reformando, mas mantendo o estilo do interior, de uma construção que é feita com produtos que estão ali na própria terra. A princípio, pensei em fazer um livro sobre os fogões a lenha, mas resolvi contar como é essa casa tradicional do interior mineiro, brasileiro, mostrando como que se faz e como se preserva".

A obra teve grande aceitação no mercado e, por isso, Paulo Rogério Lage está lançando a terceira edição do "Casa Rural Mineira - Um guia de construção", que foi revisada e ampliada. A nova edição ganhou mais um capítulo, o XVI, "Agregando espaços". Serão dois eventos de lançamento, o primeiro, no dia 28 de setembro, em Ouro Preto, na região Central. Em Belo Horizonte, o evento será no dia 30 de setembro, na livraria Conto do Livro, no Ponteio Lar Shopping, na região Oeste.

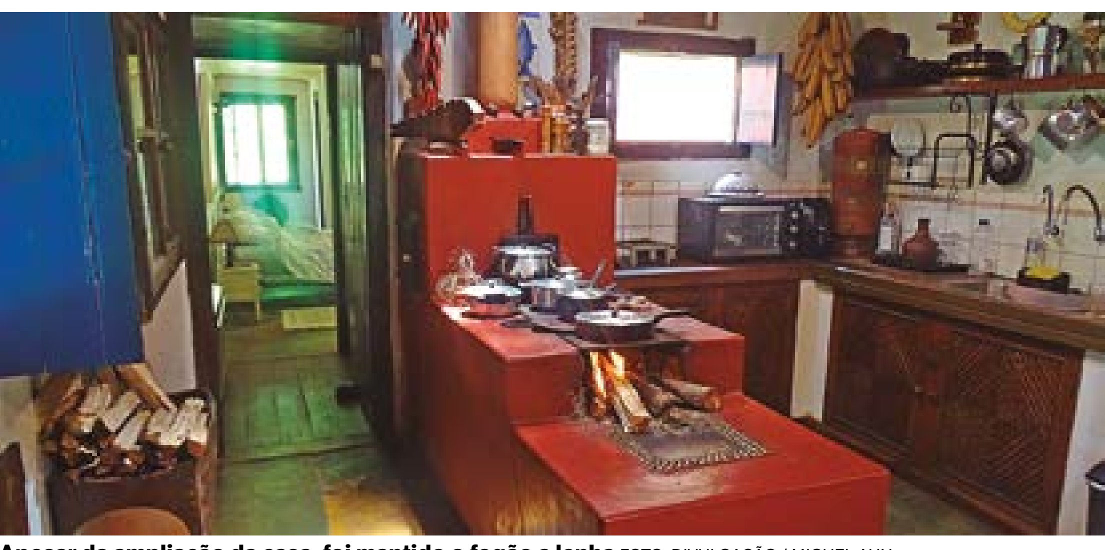
As edições reúnem detalhes da construção da casa, mostrando desde o modo tradicional de construir as fundações, passando por todos os detalhes internos - como os tradicionais fogões a lenha, que são o coração de uma casa mineira - até o telhado. São abordadas as formas de construção e revestimentos das paredes, tipos de pisos e pinturas utilizadas.

No livro, o leitor encontrará tanto a técnica mais habitual quanto soluções do passado, com indicações de materiais e algumas informações de cunho histórico.





Última edição mostra como foi o processo de ampliação da casa FOTO: DIVULGAÇÃO / MIGUEL AUN



Apesar da ampliação da casa, foi mantido o fogão a lenha FOTO: DIVULGAÇÃO / MIGUEL AUN

> **"Eu escrevi o livro, mas o conhecimento para a composição foi passado pelo Djalma, um mestre de obras que trabalhou em muitas fazendas do interior"**
>
> Paulo Rogério Lage

Nesta última edição, Lage mostra como foi o processo de ampliação da casa, que passou de 36 metros quadrados iniciais para os atuais 156 metros quadrados. Toda a evolução aconteceu sem alteração das características tradicionais. Os novos cômodos foram construídos ligados ao imóvel, mas com o propósito de não se alterar o desenho do telhado. Apesar da ampliação, foram mantidas a circulação e a vida em torno do fogão a lenha.

"Chamo o 'Casa Rural Mineira' de um guia de construção porque, com ele, a pessoa que comprar uma dessas casas terá noção de como reformar ou construir desde a fundação da casa até a última telha.

EMPREENDEDORISMO

101 maneiras para alcançar o sucesso

O empresário brasileiro Guy Peixoto Neto nasceu com veia empreendedora. Natural de Belém, fundou a Operalog aos 22 anos e desde então nunca mais parou, se tornando um empreendedor serial, além de investidor, CEO, Conselheiro, e mentor em estratégia, execução e aceleração de empresas. Já desenvolveu mais de 11 negócios em setores variados: combustíveis, logística, tecnologia, varejo, energia e educação.

Além de empreender, Peixoto Neto também possui como missão o compartilhamento de conhecimento e por conta disso acaba de lançar seu primeiro livro, "101 Princípios Essenciais do Empreendedorismo", no qual apresenta diretrizes práticas e estratégias para novos e experientes empreendedores aprimorarem a gestão de seus negócios e aumentarem suas chances de sucesso.

Baseada em sua própria experiência, a obra traz *insights* e informações detalhadas para os negócios decolarem servindo como um guia de referência para ajudar empreendedores e futuros empreendedores a estruturarem e definirem estratégias eficientes para alavancar as empresas, além de dicas para se tornar um empreendedor diferenciado e liderar uma empresa com performance acima da média.

"Acredito firmemente que o sucesso a longo prazo nos negócios é impulsionado por uma combinação de coragem, persistência e aprendizado contínuo. Cada um dos 101 princípios deste livro foi pensado para servir como uma bússola prática, ajudando o empreendedor a navegar por um mercado dinâmico e complexo, mas que pode ser conquistado", explica o autor.

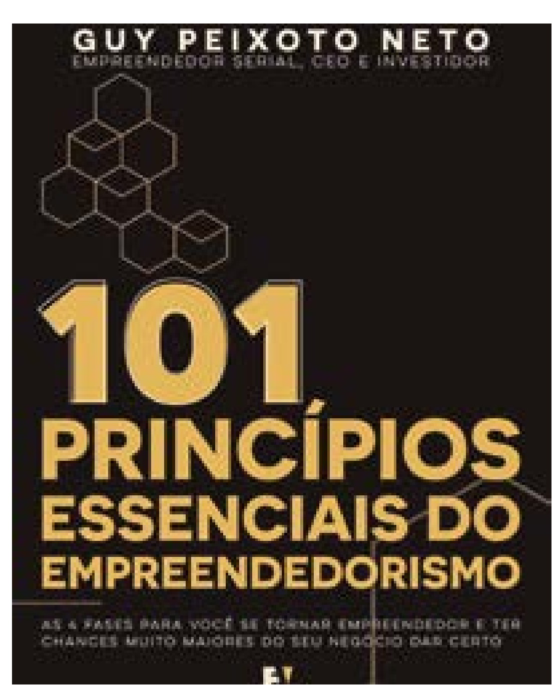
As quatro fases do sucesso empresarial - Dividido em quatro fases, "101 Princípios Essenciais do Empreendedorismo" oferece um caminho estruturado para guiar os empreendedores desde o início de suas jornadas até a gestão madura e sustentável dos negócios.

Na primeira fase, Peixoto Neto aborda os fundamentos para o sucesso de novos empreendimentos, desde a estruturação até o planejamento inicial. A segunda fase foca no desenvolvimento de um propósito claro e na importância da resiliência, com destaque para o aprendizado contínuo por meio da troca de experiências.

A terceira etapa explora os princípios essenciais para um bom planejamento, estratégia clara e a organização eficiente das operações. "A definição de uma estratégia robusta, a atenção aos detalhes em uma sociedade e o planejamento financeiro eficaz são essenciais para garantir um negócio sólido e preparado para crescer", afirma o autor.

Por fim, a quarta fase é dedicada à gestão de empresas já estabelecidas, com foco em liderança, caixa e melhoria contínua. "Acredito que uma rotina produtiva e a busca constante por inovação são o que diferenciam uma empresa que apenas sobrevive da que prospera continuamente no mercado", conclui.

Disponibilidade - A obra promete ser uma referência indispensável para quem busca transformar seus negócios e alcançar resultados excepcionais. O livro, com 336 páginas, da EV Publicações, já está disponível em formato digital na Amazon.



LEGISLAÇÃO

OAB e CAA inauguram sede conjunta na capital mineira

ADVOCACIA Com 13 andares, o Edifício das Liberdades possui uma estrutura projetada para oferecer maior comodidade e acessibilidade, reforçando o compromisso com a inclusão e diversidade

LEONARDO MORAIS

O Edifício das Liberdades, localizado no Barro Preto, na região Centro-Sul de Belo Horizonte agora é a nova sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Caixa de Assistência dos Advogados (CAA) em Minas Gerais. A inauguração foi realizada na sexta-feira (13) com a promessa de integrar toda a estrutura administrativa das entidades.

Com 13 andares, o novo espaço conta com estrutura projetada para oferecer maior comodidade e acessibilidade para a advocacia, atendendo integralmente pessoas com deficiência. A ação, de acordo com as organizações, reforçam o compromisso com a inclusão e diversidade.

Segundo o presidente da OAB-MG, Sérgio Leonardo, a nova sede não apenas atende à advocacia do presente, mas também aponta para o futuro que a entidade quer e deve construir. "Essa nova casa carrega o nome de Edifício das Liberdades, que divorcia totalmente a OAB da cultura do retrocesso, da exclusão e do atraso. Os novos tempos são para inovar, incluir e avançar", ressalta.

Além disso, ele afirma que o novo local tem a promessa de consolidar a essência da profissão: a defesa da cidadania, os valores da ordem e a missão institucional. "Aqui será um espaço no qual defenderemos sempre o estado democrático de direito, os direitos humanos e a justiça social", destaca.

A mudança para a nova sede é vista como algo necessário, já que sede anterior, inaugurada há mais de 50 anos no bairro Cruzeiro, na região Centro-Sul da capital mineira, apresentava problemas estruturais. "A OAB mineira cresceu, o número de inscritos e de serviços prestados à advocacia aumentou exponencialmente, precisávamos de um espaço que comportasse as demandas da instituição e da classe", avalia Sérgio Leonardo.


O presidente da OAB-MG, Sérgio Leonardo, afirma que a nova sede será um espaço democrático FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / LEONARDO MORAIS

Digitalização - Além da infraestrutura, o novo local também permitirá que as instituições avancem no projeto de digitalização dos procedimentos internos. A integração entre OAB e CAA também é vista como um ponto positivo: apesar estarem em andares diferentes, sendo os pares destinados à estrutura da OAB, enquanto os ímpares ficarão a cargo dos departamentos da CAA, ambas as instituições apostam na sinergia para avançarem na gestão de processos.

Para o presidente da CAA-MG, Gustavo Chalfun, as instituições celebram um momento histórico ao entregar uma sede moderna e funcional, preparada para atender a advocacia de Minas Gerais. "O espaço é mais que um prédio, é uma plataforma para a inovação e só foi possível graças à atuação sinérgica entre a OAB e a CAA", afirma.

Segundo Chalfun, a CAA-MG adquiriu o prédio, enquanto a OAB-MG ficou responsável pelas adequações da estrutura, montagem do espaço, mobília e equipamentos. "Essa integração entre as diretorias durante a gestão 2022/2024 é um divisor de águas na história das instituições", avalia.

Também presente na inauguração da nova sede, o vice-presente da OAB nacional, Rafael Horn, parabenizou a escolha da nova casa. "Não há dúvida alguma de que o local, um dos maiores e mais modernos da advocacia brasileira, está à altura da pujante advocacia mineira", destaca.

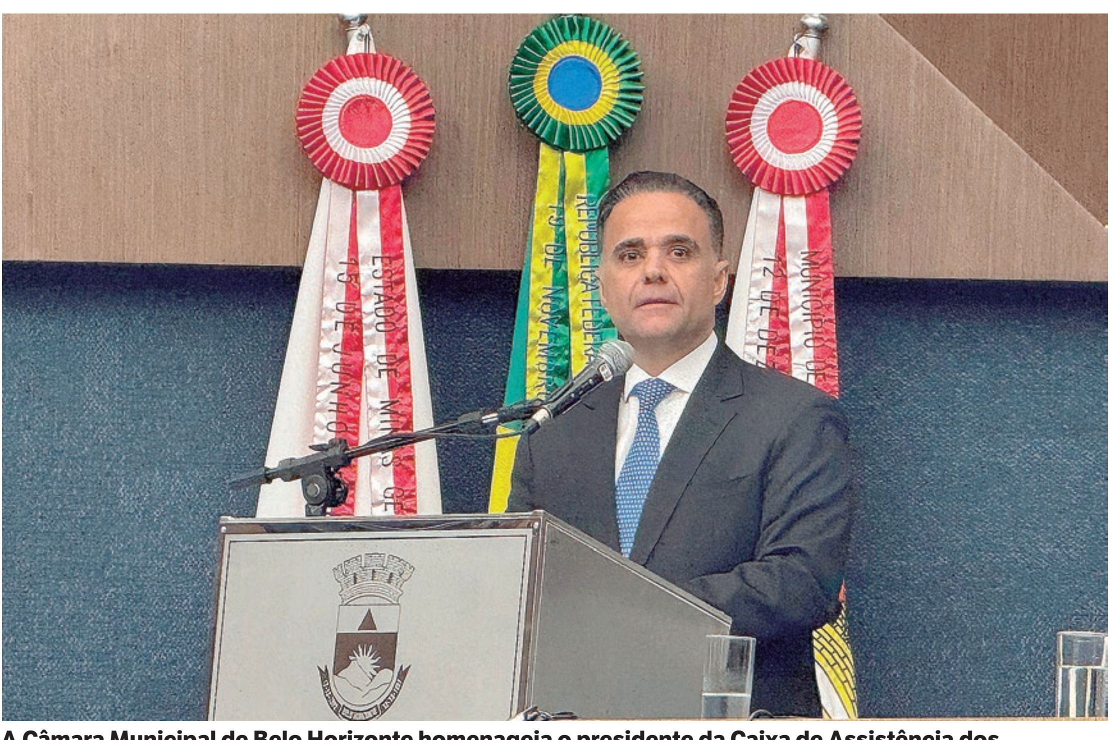
Horn acrescenta a importância da articulação entre as entidades e que o espaço agora contará com uma estrutura robusta para atender os principais objetivos da ordem. "Que seja aqui o pontapé inicial de muitas conquistas da advocacia e que sigamos no papel de defender a democracia, a cidadania e as prerrogativas dos advogados e advogadas", finaliza.

> **"Essa nova casa carrega o nome de Edifício das Liberdades, que divorcia totalmente a OAB da cultura do retrocesso, da exclusão e do atraso. Os novos tempos são para inovar"**
> Sérgio Leonardo

Gustavo Chalfun recebe o Título de Cidadania Honorária de Belo Horizonte

O presidente da Caixa de Assistência dos Advogados (CAA) em Minas Gerais, Gustavo Chalfun foi contemplado com o Título de Cidadania Honorária de Belo Horizonte. A entrega aconteceu na sexta-feira (13), na Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), em uma ação proposta pelo vereador Claudiney Dulin.

A honraria, segundo ele, tem um significado singular, pois remete toda a trajetória trilhada como advogado e como dirigente de ordem. "É com profunda gratidão que recebo o título de cidadão honorário dessa cidade tão querida. Esse reconhecimento não é apenas personalizado na minha pessoa, mas também é um tributo a todos aqueles que ao longo dos anos caminharam ao meu lado, compartilhando sonhos, desafios e conquistas", agradece Chalfun.


A Câmara Municipal de Belo Horizonte homenageia o presidente da Caixa de Assistência dos Advogados (CAA) em Minas Gerais, Gustavo Chalfun FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / LEONARDO MORAIS

Chalfun é reconhecido por desenvolver programas de caráter assistencial. Desde 2022, o advogado do preside a entidade responsável por conceder auxílios à advocacia que enfrenta dificuldades de saúde ou financeiras.

Uma de suas iniciativas em destaque é o acesso gratuito à telemedicina no Hospital Israelita Albert Einstein por toda a advocacia do Estado. Além disso, é dele a autoria de programas que viabilizaram o ingresso de jovens advogados no mercado de trabalho.

Chalfun também foi responsável por conceder um ano de certificado digital sem custos àqueles que recebem a carteira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), além de 12 meses de acesso a *site* profissional gratuito para todos os inscritos.

"Organizado, dinâmico, competente: um excelente advogado. Este homem é o maior presidente que a CAA já teve em todos os tempos em Minas Gerais", afirma o presidente da OAB-MG, Sérgio Leonardo, que esteve presente na solenidade.

Trajetória - Natural de Lavras, no Sul de Minas Gerais, Gustavo Chalfun formou-se em advocacia pela Faculdade de Direito de Varginha. Entre 2007 e 2012, o advogado também presidiu a subseção da OAB no município, além de ocupar outros cargos diretivos na seccional mineira da entidade.

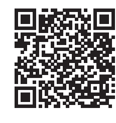
Em 2022, assumiu a direção Sudeste da Coordenação Nacional das Caixas de Assistência dos Advogados (Concad) e integrou o Conselho Gestor do Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados (Fida), ambos ligados ao Conselho Federal da OAB.

Hoje, Chalfun preside a Faculdade de Ensino Superior do Sul de Minas (Fessul), em Machado, no Sul de Minas, e é sócio-diretor do escritório Chalfun Advogados Associados, com sedes em Belo Horizonte, Boa Esperança, Brasília e Varginha.

O título de Cidadão Honorário é uma honraria concedida por municípios, estados ou pelo governo federal a pessoas que prestaram relevantes serviços à comunidade. A homenagem visa reconhecer contribuições significativas em diferentes âmbitos, como social, cultural, econômico ou político.

A concessão do título é feita por meio de leis ou decretos, que geralmente são propostos por vereadores, deputados ou senadores. Para a aprovação, é necessário um processo formal de votação dentro do órgão legislativo.

Após a aprovação, uma cerimônia oficial é realizada para a entrega da honraria. O evento reúne autoridades locais, profissionais da categoria e personalidades da sociedade. **(LM)**



FINANÇAS

CURTAS

Resultado primário do governo

Economistas consultados pelo Ministério da Fazenda melhoraram suas previsões para o resultado primário do governo neste ano, mas pioraram a estimativa para 2025, elevando ainda as projeções da dívida pública bruta em ambos os períodos, mostrou na sexta-feira (13) o relatório Prisma Fiscal de setembro. Segundo o relatório, a expectativa mediana agora é de saldo primário negativo de R$ 66,665 bilhões em 2024, ante visão anterior de déficit de R$ 73,500 bilhões. Para 2025, a expectativa para o resultado primário piorou a déficit de R$ 93,067 bilhões, ante R$ 91,689 bilhões no mês passado. Segundo a Reuters, em relação à dívida bruta do governo geral, os economistas esperam que ela chegue a 77,91% do Produto Interno Bruto (PIB) no fim de 2024, de 77,72% projetados em agosto.

Corte de juros do Fed

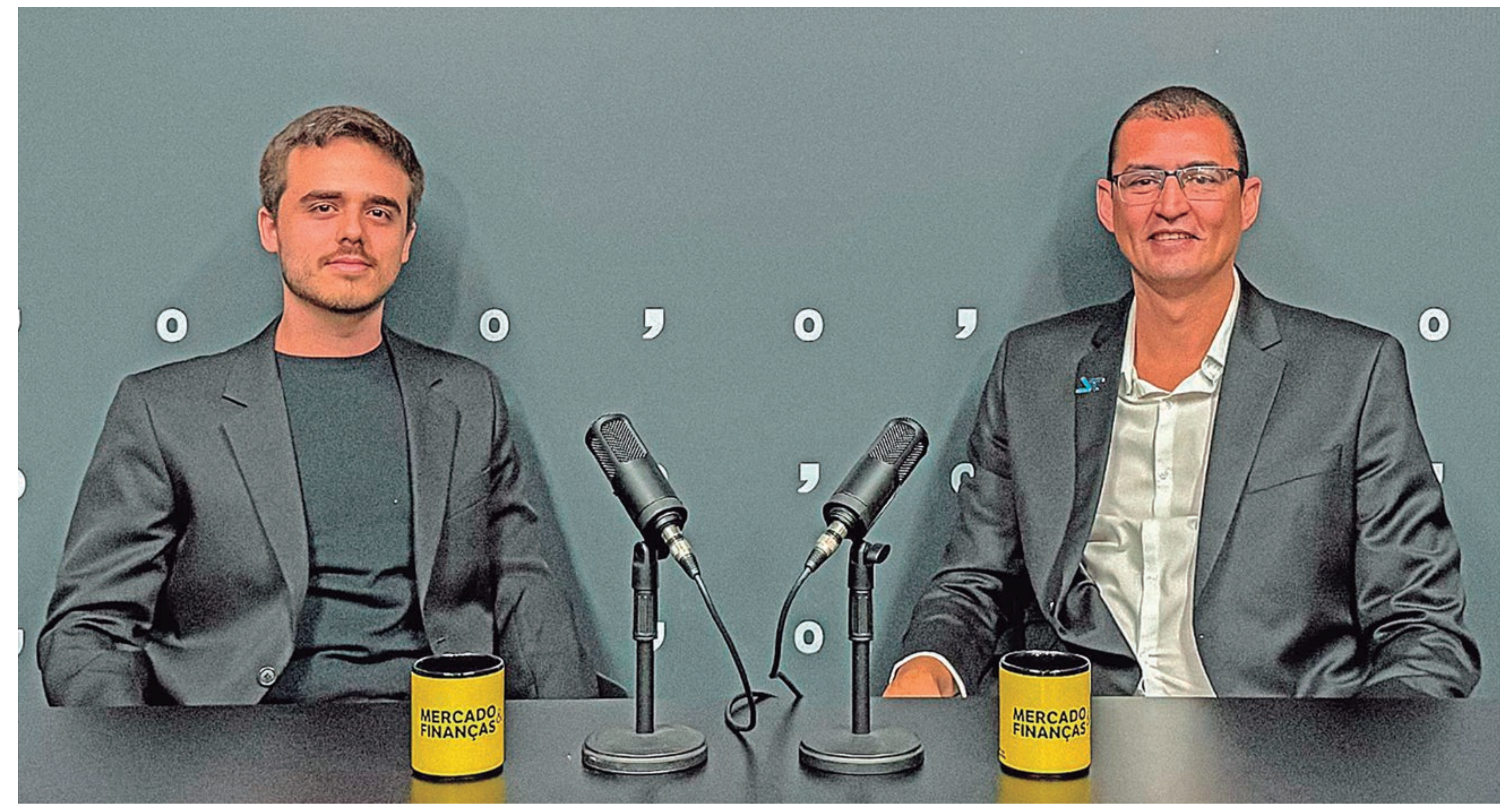
É quase tão provável que o Federal Reserve (Fed) faça um corte de 0,50 ponto percentual na taxa básica de juros quanto uma redução mais comum, de 0,25 ponto percentual, sugeriram negociações de contratos futuros de juros na sexta-feira (13), conforme mercados financeiros precificaram uma chance maior de o Fed agir de forma mais agressiva. Uma redução de 0,25 ponto na reunião do Fed de 17 e 18 de setembro ainda é vista como o resultado um pouco mais provável, mas apenas ligeiramente. De acordo com a Reuters, os contratos futuros vinculados à taxa de juros do Fed agora refletem uma chance de cerca de 43% de que o Fed reduza sua taxa de juros, atualmente na faixa de 5,25% a 5,50%, em 0,50 ponto percentual. Isso representa um aumento em relação aos 28% registrados na última quinta-feira (12).

Expansão da C6 Seg em Minas Gerais

A C6 Seg, assessoria de seguros do C6 Bank, vai expandir sua atuação em Minas Gerais. Na última quinta-feira (12), a assessoria inaugura um escritório em Montes Claros. No próximo dia 26, será a vez de Divinópolis ganhar uma unidade da C6 Seg. A assessoria já está presente em Minas Gerais com escritórios nas cidades de Belo Horizonte, Uberlândia, Pouso Alegre e Juiz de Fora. "Os novos escritórios servirão de base para atender não só os corretores de Montes Claros e Divinópolis, mas também os profissionais de cidades vizinhas", afirma Augusto Brum, diretor comercial da C6 Seg. Segundo ele, Minas Gerais é um estado estratégico para a C6 Seg, representando a maior parte da receita da assessoria. O C6 Bank entrou na área de assessoria de corretores de seguros em 2019, com a compra da empresa Som.us, que passou a se chamar C6 Seg. A assessoria atende mais de 5.000 corretoras em todo o País.

Meios de pagamento

A Transfeera, fintech que fornece soluções de pagamentos para empresas, alcançou a marca de R$ 18 bilhões movimentados no primeiro semestre de 2024 e registra um crescimento de 58%, em comparação ao mesmo período do ano passado. Em paralelo, a scale-up catarinense, que foi adquirida pela espanhola PayRetailers em maio, também acaba de lançar seu novo produto no mercado: o link de pagamentos, com opção de cartão de crédito, boleto e Pix.Uma pesquisa de março, realizada pela Mastercard, empresa de serviços financeiros, mostra que cerca de 89% dos brasileiros entrevistados se mostraram dispostos a usar meios de pagamento novos ou não convencionais.



Como anfitrião do Mercado&Finanças, Davi Motta Maciel recebeu o CEO do BH Airport, Daniel Miranda FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / BRENO RIBEIRO

Diário do Comércio estreia *podcast* Mercado&Finanças

ANÁLISE Objetivo é fornecer informações e elementos necessários para o desenvolvimento de negócios, independentemente do formato

JULIANA GONTIJO

Com o objetivo de ampliar o propósito de fortalecer a economia mineira e seus atores, o Diário do Comércio lança o *podcast* Mercado&Finanças. O primeiro episódio entra no ar nesta segunda-feira (16).

O diretor-executivo do Diário do Comércio, Yvan Muls, explica que o projeto leva em consideração a relevância da informação, que serve como instrumento de orientação para os empreendedores, em sintonia com as atuais tendências de consumo de conteúdos econômicos.

Esta não é a primeira novidade do ano. Em junho deste 2024, abrindo as comemorações dos 92 anos, a serem completados em outubro, o Diário do Comércio lançou sua nova marca e projeto visual para a versão impressa e digital.

O executivo explica que a ideia com o *podcast* é ampliar o alcance do Diário do Comércio, ao abordar de maneira dinâmica e acessível temas e análises aprofundadas sobre mercados, economia global, estratégias de investimento, *fintech*, tendências emergentes como criptomoedas e sustentabilidade nos negócios – tudo isso enriquecido pela participação de especialistas e profissionais convidados.

"Queremos trazer um olhar diferente para finanças, que às vezes é considerado distante, duro, e trazer para uma realidade mais próxima das pessoas, com diálogo, com as conversas com especialistas, CEOs, diretores financeiros sob o aspecto não só de mercado de capitais, de investimento, mas também do olhar da gestão de recursos para as empresas", afirma.

"Conteúdo leve" - O anfitrião da série é o articulista mais jovem do Diário do Comércio, Davi Motta Maciel, advogado especialista em *compliance*, direito empresarial e finanças. Ele vai conduzir os *podcasts*, que têm duração média de 45 minutos, liberados quinzenalmente às segundas-feiras. "O objetivo é que o formato seja rápido, mas sem exageros, com conteúdo leve", explica.

Ele conta que o objetivo dos episódios é "jogar luz" em como os CEOs, diretores e especialistas tomam decisões em suas áreas, ajudando os empresários a perceber oportunidades por meio das informações divulgadas nos *podcasts*. "É como se usássemos a experiência de cada um para ajudar a montar uma empresa", diz.

O diretor-executivo do Diário do Comércio, Yvan Muls, acrescenta que o propósito é, por meio do conteúdo do único veículo de comunicação especializado em economia, gestão e negócios de Minas Gerais, fornecer informações e elementos necessários para empreender ou mesmo contribuir para o desenvolvimento do negócio, independentemente do formato.

Para ele, o *podcast* pode ajudar na orientação, na formação, sempre com o cuidado da relevância, em um formato de conversa, de diálogo, que possa transmitir *insights*, referências, exemplos e *cases* que inspirem as pessoas, a sociedade. "O *podcast* pode ser uma ferramenta, um instrumento", observa.

> **"Queremos trazer um olhar diferente para as finanças, para uma realidade mais proxima das pessoas, com diálogo, com as conversas com especialistas sob o aspecto não só do mercado de capitais, mas também do olhar da gestão de recursos para as empresas"**
>
> Yvan Muls

Serão vários os canais de distribuição do conteúdo: YouTube, Facebook, Instagram, TikTok, Spotify, Deezer e o portal Diário do Comércio.

CEOs do BH Airport e JA Strategy são os primeiros convidados da temporada

O primeiro episódio da primeira temporada do Mercado&Finanças, que será exibido até o final de 2024, será com o CEO do BH Airport, Daniel Miranda. Já o segundo da série será com o CEO da JA Strategy, Julio Alves, que vai tratar da identidade lucrativa. Ele possui mais de 30 anos de experiência no mercado da indústria criativa atuando com foco em inovação e estratégia mercadológica para produtos e serviços.

E já foram definidos outros temas, como inovação digital, mulheres que inspiram e liderança na saúde. No episódio de estreia, o CEO do BH Airport falou das curiosidades sobre o universo da aviação, entre elas, receitas e tarifas, composição acionária, além dos desafios na sua carreira, entre eles, a implementação do novo terminal de passageiros.

Miranda ressalta que o aeroporto, que é o mais movimentado de Minas Gerais, "nasceu com uma pegada sustentável". "O aeroporto é uma pequena cidade, são quase 7 mil pessoas trabalhando lá", observa.

Reconhecimentos - Ele conta que, em dez anos da administração, foram vários os reconhecimentos, entre eles, estar presente na lista dos melhores aeroportos do mundo, além de ser o primeiro neutro em carbono do Brasil. "Sustentabilidade é determinante para qualquer negócio e deve ser avaliada como oportunidade", ressalta.

Além de negócios e sustentabilidade, o executivo falou sobre a importância da valorização do capital humano e do crescimento do turismo em Minas Gerais. De fato, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), compilados pelo Observatório do Turismo (OTM), da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais (Secult-MG), mostram que no primeiro semestre de 2024, o Estado apresentou variação positiva de 9% em relação ao mesmo período de 2023, ficando 592,31% acima da média nacional (1,3%), juntamente com a Bahia.

"Acredito no potencial de Minas e incorporamos a mineiridade nos nossos valores, o que contempla a questão do acolhimento e o compromisso com a satisfação dos passageiros", ressalta. A partir de segunda-feira (16), 9h, acesse a entrevista completa com o CEO do BH Airport no QRCode ao lado. **(JG)**



Atividade econômica do País tem queda de 0,4% em julho

INDICADORES Considerado um sinalizador do PIB, o IBC-Br registrou uma forte retração em relação ao índice apurado em junho, que apresentou uma elevação de 1,4%

São Paulo - A economia do Brasil voltou a contrair em julho, mas ainda assim registrou um resultado melhor do que o esperado, depois de ter mostrado resiliência no primeiro semestre, apontou o Banco Central na sexta-feira (13).

O Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br), considerado um sinalizador do Produto Interno Bruto (PIB), recuou 0,4% em julho na comparação com o mês anterior, em dado dessazonalizado.

O resultado marcou uma forte perda de força em relação ao avanço de 1,4% de junho, mas ainda assim foi melhor do que a expectativa em pesquisa da Reuters de queda de 0,9%, dando continuidade às leituras recentes acima das expectativas.

Os dados do BC mostram ainda que, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o IBC-Br registrou elevação de 5,3% em julho, enquanto no acumulado em 12 meses passou a um avanço de 2,0%, de acordo com números observados.

O PIB do Brasil começou o ano retornando ao crescimento no primeiro trimestre e superou as expectativas nos três meses seguintes, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No segundo trimestre, o PIB cresceu 1,4% mesmo diante dos impactos das fortes chuvas que assolaram o Rio Grande do Sul no final de abril e em maio, afetando safras agrícolas, indústrias e a logística.

Revisões - Esse resultado levou a uma série de revisões para cima nas projeções anuais, alimentando as apostas de que o Banco Central iniciará um ciclo de aperto monetário para conter as pressões inflacionárias quando se reunir para deliberar sobre a taxa de juros na próxima semana. A atividade vem sendo sustentada principalmente pela força do mercado de trabalho, que alimenta a demanda.

Em julho, tanto as vendas no varejo quanto o setor de serviços apresentaram bom desempenho, segundo dados do IBGE. As vendas varejistas voltaram a crescer, a uma taxa de 0,6%, enquanto o volume de serviços surpreendeu com ganho de 1,2% sobre junho.

No entanto, a produção industrial foi destaque negativo ao recuar 1,4% sobre junho, também de acordo com o IBGE, uma queda maior do que a esperada.

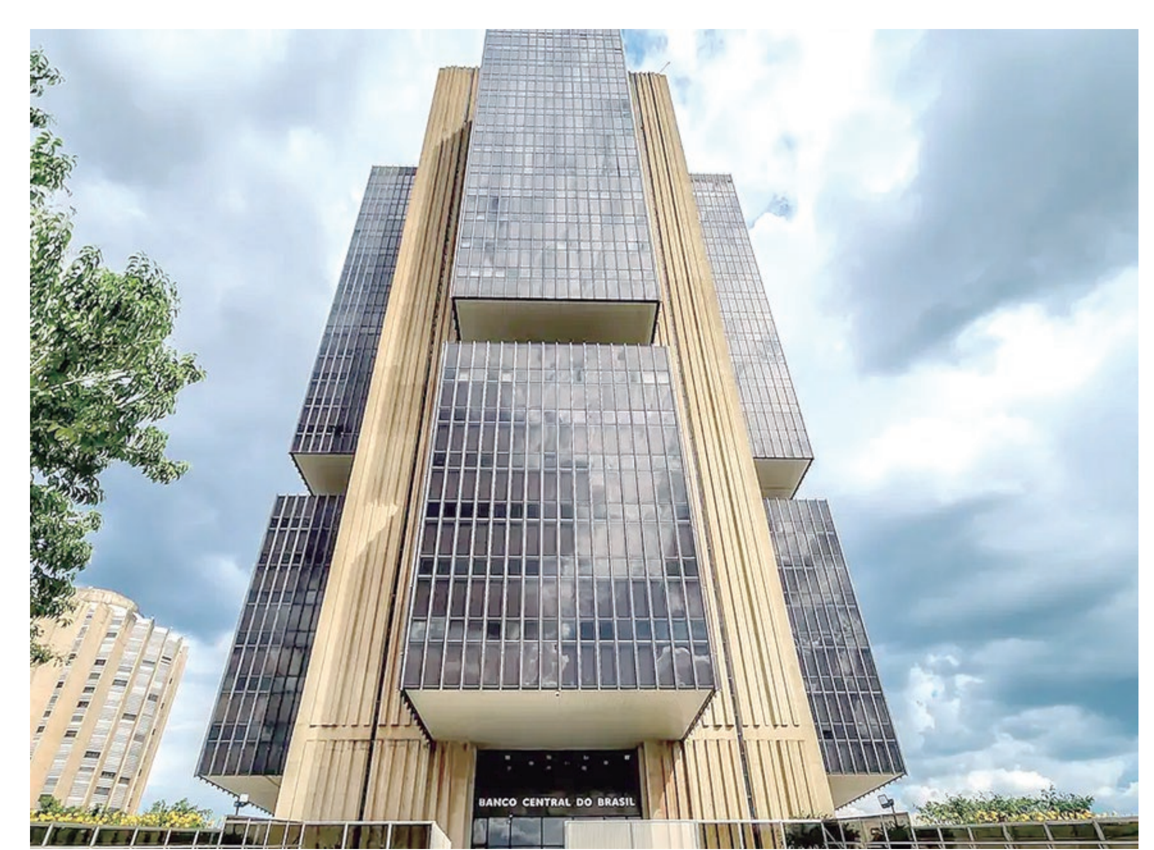
"Os dados antecedentes sugerem um menor ímpeto em agosto, mas o PIB continua bem postado para um crescimento robusto neste trimestre, em que projetamos expansão de 0,6%", disse o economista-chefe da Nova Futura Investimentos Nicolas Borsoi, calculando expansão do PIB de 3,0% em 2024.

Os dados de julho serão avaliados pelo Banco Central na reunião de política monetária da próxima semana, quando irá decidir sobre a taxa básica de juros Selic, atualmente em 10,5%.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já disse que o governo revisaria a projeção oficial para o crescimento do PIB de 2024 para pelo menos 3%. Pesquisa Focus realizada pelo Banco Central mostra que a expectativa para a expansão do PIB este ano é de 2,68%, indo a 1,90% em 2025.

O IBC-Br é construído com base em *proxies* representativas dos índices de volume da produção da agropecuária, da indústria e do setor de serviços, além do índice de volume dos impostos sobre a produção. **(Reuters)**

"Os dados antecedentes sugeram um menor ímpeto em agosto, mas o PIB continua bem postado para um crescimento robutos neste trimestre"
Nicolas Borsoi



Segundo o BC, frente a igual mês de 2023, o IBC-Br avançou 5,3% FOTO: RAFA NEDDERMEYER / AGÊNCIA BRASIL

Indicadores Econômicos

Dólar

		13/09/2024	12/09/2024	11/09/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,5670	R$ 5,6190	R$ 5,6470
	VENDA	R$ 5,5670	R$ 5,6190	R$ 5,6480
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,5711	R$ 5,6548	R$ 5,6381
	VENDA	R$ 5,5717	R$ 5,6554	R$ 5,6387
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,6010	R$ 5,6670	R$ 5,6820
	VENDA	R$ 5,7810	R$ 5,8470	R$ 5,8620

Fonte: BC

Inflação

Índices	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	0,89%	0,81%	0,61%	-	1,71%	3,82%
IPC-Fipe	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	0,09%	0,26%	0,06%	-	1,93%	3,17%
IGP-DI (FGV)	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	0,87%	0,50%	0,83%	-	1,95%	4,16%
INPC-IBGE	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	0,46%	0,25%	0,26%	-	2,95%	4,06%
IPCA-IBGE	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	0,46%	0,21%	0,38%	-	2,87%	4,50%
IPCA-IPEAD	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	0,62%	1,23%	0,55%	-	5,64%	7,80%

TR/Poupança

07/08 a 07/09	0,0743	0,5747
08/08 a 08/09	0,0706	0,5710
09/08 a 09/09	0,0671	0,5674
10/08 a 10/09	0,0670	0,5673
11/08 a 11/09	0,0707	0,5711
12/08 a 12/09	0,0744	0,5748
13/08 a 13/09	0,0744	0,5748
14/08 a 14/09	0,0744	0,5748
15/08 a 15/09	0,0708	0,5712
16/08 a 16/09	0,0672	0,5675
17/08 a 17/09	0,0673	0,5676
18/08 a 18/09	0,0710	0,5714
19/08 a 19/09	0,0759	0,5763
20/08 a 20/09	0,0751	0,5755
21/08 a 21/09	0,0745	0,5749
22/08 a 22/09	0,0708	0,5712
23/08 a 23/09	0,0672	0,5675
24/08 a 24/09	0,0672	0,5675
25/08 a 25/09	0,0709	0,5713
26/08 a 26/09	0,0755	0,5759
27/08 a 27/09	0,0763	0,5767
28/08 a 28/09	0,0770	0,5774
01/09 a 01/10	0,0675	0,5678
02/09 a 02/10	0,0714	0,5718
03/09 a 03/10	0,0718	0,5722
04/09 a 04/10	0,0718	0,5722
05/09 a 05/10	0,0718	0,5722
06/09 a 06/10	0,0682	0,5685
07/09 a 07/10	0,0645	0,5648
08/09 a 08/10	0,0684	0,5687
09/09 a 09/10	0,0722	0,5726
10/09 a 10/10	0,0724	0,5728
11/09 a 11/10	0,0726	0,5730
12/09 a 12/10	0,0730	0,5734

Ouro

	13/09/2024	12/09/2024	11/09/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.578,24	US$ 2.558,72	US$ 2.511,43
BM&F-SP (g)	R$ 450,89	R$ 450,89	R$ 450,89

Fonte: Gold Price

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39	0,14	0,24	0,08	0,25
UPC (R$)	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08	24,08	24,08	24,44	24,44
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67	6,67	6,67	6,91	6,91

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75
Maio	0,83	10,50
Junho	0,79	10,50
Julho	0,91	10,50
Agosto	0,87	10,50

Reservas Internacionais

12/09.. US$ 370.017 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.259,20	Isento	Isento
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Deduções:
a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).
b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.
c) Contribuição previdenciária.
d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 564,80
Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.
Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2024 - A partir de fevereiro de 2024.

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,7947	0,8122
COLON/COSTA RICA	35	0,3539	0,3562
COLON/EL SALVADOR	40	0,0107	0,01082
COROA DINAMARQUESA	55	0,8275	0,8276
COROA ISLND/ISLAN	60	0,0405	0,04059
COROA NORUEGUESA	65	0,523	0,5233
COROA SUECA	70	0,5456	0,5458
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,5167	1,5171
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,7388	3,7397
DOLAR/BAHAMAS	155	5,5711	5,5717
DOLAR CANADENSE	165	4,1018	4,1026
DOLAR DA GUIANA	170	0,02647	0,02679
DOLAR CAYMAN	190	6,672	6,7536
DOLAR CINGAPURA	195	4,2894	4,2905
DOLAR HONG KONG	205	0,7143	0,7144
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,8162	0,825
DOLAR DOS EUA	220	5,5711	5,5717
FORINT/HUNGRIA	345	0,01564	0,01565
FRANCO SUICO	425	6,5697	6,5712
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0007161	0,000717
IENE	470	0,0396	0,03961
LIBRA/EGITO	535	0,115	0,1151
LIBRA ESTERLINA	540	7,3199	7,3212
LIBRA/LIBANO	560	0,0000622	0,0000623
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0004284	0,0004286
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1743	0,1745
NOVO SOL/PERU	660	1,4788	1,4795
PESO ARGENTINO	665	0,06636	0,06641
PESO CHILE	715	0,006018	0,006024
PESO/COLOMBIA	720	0,001333	0,001335
PESO/CUBA	725	0,2321	0,2322
PESO/REP. DOMINIC	730	0,09208	0,09325
PESO/FILIPINAS	735	0,09954	0,09959
PESO/MEXICO	741	0,2893	0,2895
PESO/URUGUAIO	745	0,1355	0,1357
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,7193	0,7213
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002645	0,002661
RENMINBI HONG KONG	796	0,7848	0,7849
RIAL/CATAR	800	1,5278	1,5286
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,4844	1,4847
RINGGIT/MALASIA	828	1,2941	1,2963
RUBLO/RUSSIA	830	0,06115	0,06116
RUPIA/INDIA	860	0,0664	0,06642
WON COREIA SUL	930	0,004189	0,004191
EURO	978	6,175	6,1768

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/05/2023
Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;
**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Maio/2024	Julho/2024	0,002832	0,005234
Junho/2024	Agosto/2024	0,003207	0,005610

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

02/09	0,01367115	3,05141767
03/09	0,01367158	3,05151470
04/09	0,01367202	3,05161246
05/09	0,01367246	3,05171087
06/09	0,01367290	3,05180928
07/09	0,01367334	3,05190677
08/09	0,01367334	3,05190677
09/09	0,01367334	3,05190677
10/09	0,01367378	3,05200411
11/09	0,01367422	3,05210215
12/09	0,01367466	3,05220085
13/09	0,01367510	3,05229954
14/09	0,01367554	3,05239719
15/09	0,01367554	3,05239719
16/09	0,01367554	3,05239719

Fonte: Fenaseg

TBF

06/09 a 06/10	0,7829
07/09 a 07/10	0,7460
08/09 a 08/10	0,7846
09/09 a 09/10	0,8231
10/09 a 10/10	0,8245
11/09 a 11/10	0,8269

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Julho	1,0450
IGP-DI (FGV)	
Julho	1,0416
IGP-M (FGV)	
Julho	1,0382

Agenda Federal

Dia 16

DCTFWeb - Entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb), relativa ao mês de agosto/2024.
Quando o dia 15 recair em dia não útil para fins fiscais, a entrega da DCTFWeb pode ser prorrogada para o primeiro dia útil subsequente.
(Instrução Normativa RFB nº 2.005/2021, art. 10, caput e § 1º). Internet

EFD-Reinf - Entrega da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf), relativa ao mês de agosto/2024.
Quando o dia 15 recair em dia não útil para fins fiscais, a transmissão da EFD-Reinf pode ser prorrogada para o primeiro dia útil subsequente.
(Instrução Normativa RFB nº 2.043/2021, art. 6º)
Nota: As entidades promotoras de espetáculos desportivos com equipes de futebol profissional (Instrução Normativa RFB nº 2.043/2021, art. 3º, V) devem transmitir a EFD-Reinf com as informações do evento até 2 dias úteis após a sua realização.
Internet

Previdência Social (INSS) - Contribuinte individual, facultativo e segurado especial optante pelo recolhimento como contribuinte individual - Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência agosto/2024 devidas pelos contribuintes individuais, segurados facultativos e especiais que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual.
Não havendo expediente bancário, permite-se prorrogar o recolhimento para o dia útil imediatamente posterior.
GPS. (2 vias)

Dia 20

Cofins - Entidades Financeiras - Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram no mês de agosto/2024 (art. 18, I, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, alterado pelo art. 1º da Lei nº 11.933/2009):
Cofins - Entidades Financeiras e Equiparadas - Cód. Darf 7987. Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder (art. 18, parágrafo único, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001).
Darf Comum (2 vias)

Cofins/CSLL/PIS-Pasep - Retenção na Fonte - Recolhimento da Cofins, da CSLL e do PIS-Pasep retidos na fonte sobre remunerações pagas por pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas, correspondente a fatos geradores ocorridos no mês de agosto/2024. (Lei nº 10.833/2003, art. 35, com a redação dada pelo art. 24 da Lei nº 13.137/2015).
• Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder. Darf Comum (2 vias)

Dirbi - Entrega da Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária (Dirbi), relativamente ao período de apuração julho/2024, com informações relativas a valores do crédito tributário referente a impostos e contribuições que deixaram de ser recolhidos em razão da concessão dos incentivos, renúncias, benefícios e imunidades de natureza tributária, usufruídos pelas pessoas jurídicas constantes do Anexo Único da Instrução Normativa RFB nº 2.198/2024 (Instrução Normativa RFB nº 2.198/2024, art. 5º). Internet

EFD - Distrito Federal - Distrito Federal - O arquivo digital da EFD- ICMS/IPI deverá ser transmitido pelos contribuintes do IPI, exceto os inscritos no Simples Nacional, ao ambiente nacional do Sped, até o 20º dia do mês subsequente ao da apuração do imposto, observada a legislação específica do Distrito Federal (Instrução Normativa RFB nº 1.685/2017, art. 12).
Internet

FGTS - Depósito, em conta bancária vinculada, dos valores relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) correspondentes à remuneração paga ou devida em agosto/2024 aos trabalhadores. Caso o dia 20 não seja dia útil, deve-se antecipar o recolhimento.
Notas:
(1) Na data de vencimento ou de validade da guia, o FGTS deve ser recolhido até as 21h59m59s - horário de Brasília.
(Lei nº 8.036/1990, art. 15, caput; Portaria MTE nº 240/2023, art. 27; Manual de Orientação do FGTS Digital - SIT/MTE, Capítulo II, subitem 3.1.1.1; Cartilha Operacional do Empregador - Caixa, subitem 2.9)
(2) A Circular Caixa nº 1.046/2024 divulgou orientações sobre o uso do SEFIP/Conectividade Social para depósito do FGTS em situações de contingência.
Guia do FGTS Digital (GFD)
(veja nota nº 2)



MM2032

Queimadas são gritos da natureza por mudanças

%, JORNALISMO PROPOSITIVO Quadro crítico no País é resultado de combinação de causas humanas e naturais, exarcebadas pelas condições climáticas; Ação da Cidadania tem campanha "Emergências"

ADRIANA MULS, Presidente e Diretora editorial do Diário do Comércio

As mudanças climáticas sinalizam, outra vez, que precisamos mudar nossa forma de viver no planeta. Depois da tragédia anunciada das enchentes no Sul, o Brasil pega fogo.

Minas Gerais está entre as regiões mais afetadas pelas queimadas no País e enfrenta uma das piores crises de queimadas dos últimos 13 anos. São mais de seis mil focos de incêndio registrados até o início de setembro de 2024, mostram os dados do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG). Apenas no primeiro dia de setembro, foram contabilizados 446 novos focos em 24 horas.

Estes números se tornam mais alarmantes quando observamos as regiões afetadas. Parque Nacional Sertão Veredas, na região Norte, e a APA Estadual Cocha Gibão. Também sofrem o Parque Estadual do Itacolomi, em Ouro Preto; o Monumento Natural Estadual Gruta Rei do Mato, em Sete Lagoas, e uma região muito próxima ao Parque Estadual do Caraça, Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Serra do Espinhaço, reconhecida pela Unesco. Cito alguns. Toda natureza perdida deve ser contabilizada.

O quadro é resultado de uma combinação de causas humanas e naturais, exacerbadas por mudanças climáticas. Especialistas apontam que mais de 90% dos incêndios no Estado são causados pela ação humana, deliberada ou acidental. Potencializada pelas altas temperaturas, combinadas com a baixa umidade do ar – que chegou a 12% em algumas áreas, similar a desertos como o Saara.

Entendo que tamanho caos que anualmente vem queimando nossas vegetações, matando animais e acabando com produções, tem, em sua origem, um hábito equivocado. Defendo que a solução venha na mudança do mesmo. O cuidado com nossa casa, a mãe Terra, urge. A Nova Economia, sustentabilidade e a vida de todo os seres dependem do compromisso para a redução dos danos causados e na imediata mudança de atitude frente à natureza. Tudo gira em torno dela. %,

%, AQUECIMENTO GLOBAL

Campanha e ações preventivas para reduzir danos

ÉLIDA RAMIREZ, Colaboradora

O Brasil concentra 75,9% de toda a América do Sul das áreas afetadas pelo fogo, informa o Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O aumento no número de focos se deu no bioma Cerrado, que ultrapassou a Amazônia nas frentes de fogo.

Para a diretora do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e especialista em fogo, Ane Alencar, o avanço dos incêndios veio antecipado e deixa em alerta porque ainda não estamos no período crítico. "Não sabemos como serão os próximos meses. E fico preocupada como será depois de setembro. Estamos no segundo ano de El Niño, seguido de La Niña, passando pelo aquecimento global e a ação humana", alerta. Para ela, a Amazônia, o Cerrado e muitas regiões protegidas onde habitam povos tradicionais têm sido devastados de forma atípica em uma das piores seca da história brasileira.

Para reduzir danos, a Ação da Cidadania lançou a campanha "Emergências", que busca levar ajuda imediata às vítimas das secas e das queimadas. Nesse primeiro momento, estão sendo encaminhados alimentos, água mineral e purificadores de água para populações que vivem em áreas ribeirinhas e florestais das regiões amazônicas e cidades do Norte e Centro-Oeste, áreas severamente atingidas pelas queimadas e que sofrem pela falta de água potável.

Diretor-executivo da Ação da Cidadania, Rodrigo "Kiko" Afonso disse que é preciso uma ação rápida para reduzir danos diretos e indiretos das vítimas dos incêndios. "A sociedade civil pode fazer a diferença na vida de quem está sofrendo as consequências de uma das piores tragédias climáticas da história. Milhares de famílias que vivem da agricultura e da pesca estão em insegurança alimentar. Que a gente possa contar com a solidariedade da população mineira e também de empresas para vencer mais esse desafio", alertou.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia aponta que avanço dos incêndios veio antecipado em 2024; período crítico não começou FOTO: JOEL SILVA / REUTERS

Afonso completa que as queimadas, além de matar e ferir, comprometem a vida de milhares de famílias que dependem dos recursos naturais e a produção de alimentos. Isso porque, depois do fogo, o solo, a fauna e a flora ficam comprometidos e deixam de ser fontes de subsistência de comunidades inteiras.

> **"Milhares de famílias que vivem da agricultura e da pesca estão em insegurança alimentar"**
> Rodrigo "Kiko" Afonso

O diretor reforça que a mobilização da sociedade civil, somada às ações do governo, do Terceiro Setor e empresas, é força vital para enfrentar as tragédias decorrentes das mudanças climáticas. Kiko defende o papel das campanhas de conscientização e auxílio direto fundamentais para salvar vidas, proteger o meio ambiente e garantir um futuro sustentável.

Afonso, da Ação da Cidadania: sociedade civil pode fazer diferença
FOTO: ARQUIVO PESSOAL / KIKO AFONSO

Criada em 2021, a campanha "Emergências" já prestou assistência a inúmeras regiões do Brasil que enfrentam desastres naturais. Desde então, a Ação da Cidadania tem sido um canal essencial de apoio para comunidades em vulnerabilidade, priorizando a distribuição de doações para municípios do Rio Grande do Sul, Roraima, Acre, Maranhão, Tocantins, Pará, Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Alagoas e Pernambuco.

As doações podem ser feitas através do site *www.acaodacidadania.org.br/emergencias* e pelo Pix: *sos@acaodacidadania.org.br.* %,